



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

VALÉRIA MARIA SAMPAIO VILAS BÔAS ARAÚJO

**DIRETO DE BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO:
UMA ANÁLISE DO REPÓRTER BRASIL**

Salvador
2008

VALÉRIA MARIA SAMPAIO VILAS BÔAS ARAÚJO

**DIRETO DE BRASÍLIA, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO:
UMA ANÁLISE DO REPÓRTER BRASIL**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr. Itania Maria Mota Gomes

Salvador
2008

AGRADECIMENTOS

Ao largo do desenvolvimento deste trabalho tive a sorte de contar com o carinho e a dedicação de muita gente que pôs à disposição tempo, escuta, paciência, impaciência, notas, e-mails, colo, companhia – para as horas de trabalho ou de distração da rotina entre livros, fitas VHS e arquivos do word. Entre todos, agradecimentos especiais aos meus pais e toda a família pelo amor e confiança; a Caio por me carregar nas costas sempre que foi preciso com o maior amor do mundo; aos colegas de sala de aula por tudo o que aprendemos juntos – em especial a Larissa e Laís pela amizade; aos amigos do PET pelas horas de convivência e pelo conhecimento partilhado e ao Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo pela acolhida, pelo carinho e por todas as horas de discussão – cada uma delas foi fundamental para este trabalho; a Jeder por ter me ajudado a achar um rumo; a Itania, muito obrigada por tudo. Às amigas de além-mar por terem sido, literalmente, calma nos dias de tempestade. A todos, um imenso obrigada.

*“A celebração consensual da diversidade
significa que temos o direito e,
às vezes, o dever de divergir.”*

Gilberto Gil

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como as noções de esfera pública e interesse público operam no Repórter Brasil, telejornal noturno da TV Brasil. Para tanto, seguimos a metodologia de análise de modo de endereçamento tal como proposta pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo, coordenado pela professora Itania Gomes, dando especial atenção ao modo como o telejornal estabelece o pacto sobre o papel do jornalismo com o seu público. Para contextualizar a análise, o capítulo inicial desenvolve uma discussão sobre a trajetória de emissoras públicas de televisão no país e em especial da TV Brasil na tentativa de pensar, sobretudo, o que justifica a sua existência hoje, e de que modo isso se relaciona com as concepções de tevê pública que temos. Além disso, propõe uma revisão do conceito de esfera pública e das noções a ele relacionados para dar conta do seu sentido na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Modos de endereçamento, Telejornalismo, Esfera pública, TV Brasil, Repórter Brasil.

SUMÁRIO

1. Introdução _____	07
2. Nas antenas de tevê – história e regulamentação das tevês públicas no Brasil _____	12
2.1 O que será que será? – A TV Brasil e seu momento de formação _____	18
2.2 E agora José? _____	28
3. O jornalismo e a nova esfera pública _____	31
3.1 Para o Brasil se ver e se refletir _____	41
4. Repórter Brasil _____	44
4.1 Quando a EBC é notícia _____	63
4.2 Olimpíadas na China _____	64
4.3 Outro Olhar _____	67
5. Conclusão _____	75
Referências _____	79

1. Introdução

A televisão no Brasil nasceu comercial pelas mãos de Assis Chateaubriand na década de cinquenta, um período de forte tentativa de integração nacional e afirmação de uma identidade e do que é a cultura nacional. A televisão acabou se tornando o meio de comunicação ao qual os brasileiros têm maior acesso. No Brasil, a televisão capta e ajuda a produzir aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos da vida cotidiana.

Desde a Constituição de 1988, a figura da televisão pública existe em complementaridade aos sistemas privado e estatal. Na prática, esse sistema foi se constituindo a partir da rede de televisões educativas que, pouco a pouco, foram mudando sua filosofia e suas programações, a exemplo da TV Cultura de São Paulo que, inclusive, passou de emissora educativa a fundação de direito privado. No início de 2007, a discussão sobre a necessidade da existência de uma televisão efetivamente pública no Brasil voltou à pauta com a criação da TV Brasil.

A questão que guia este trabalho desde o primeiro projeto desenvolvido é a relação entre jornalismo e interesse público nas emissoras públicas no Brasil. Inicialmente, essa relação seria analisada no Jornal da Cultura, primeiro objeto pretendido; mas, enquanto este trabalho se desenvolvia, o projeto da TV Brasil foi tomando forma, e falar sobre emissora pública passou a implicar falar do seu surgimento e das discussões em torno disso. Após um período de amadurecimento das questões e discussões inerentes a este projeto, tomamos a decisão de escolher o Repórter Brasil, telejornal da então recém-criada TV Brasil como objeto da nossa análise.

O que interessa aqui é saber de que modo o Repórter Brasil atualiza as premissas, normas e valores do jornalismo contemporâneo a partir de uma perspectiva que considera a sua vinculação com as noções de esfera pública, televisão pública e jornalismo público. Para tanto, esta análise se desenvolve a partir da metodologia de análise de telejornalismo proposta pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo, coordenado pela professora Itania Gomes, da Universidade Federal da Bahia, do qual faço parte desde o semestre 2005.2, o meu terceiro no curso de comunicação social com habilitação em jornalismo.

Desde o início do curso, me interessa especialmente pensar o jornalismo em sua vinculação com o cotidiano das pessoas. Já no primeiro semestre, me chamou atenção a perspectiva dos estudos culturais para pensar a comunicação. Um pouco depois, a experiência enquanto bolsista do Programa de Educação Tutorial foi fundamental no meu desenvolvimento acadêmico e na definição dos meus objetivos específicos de pesquisa. No terceiro semestre

me tornei voluntária no Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo e desde então, as questões sobre as vinculações entre linguagem televisiva e jornalismo passaram a fazer parte do meu cotidiano acadêmico como interesses centrais. As discussões do grupo foram essenciais na definição do meu objeto de estudo e na elaboração do projeto que resultou nessa monografia.

O primeiro capítulo deste trabalho faz uma revisão da história das televisões públicas no Brasil desde a criação das tevês educativas na ditadura militar até a aprovação da Lei 11.652 de 7 de abril de 2008 que cria a EBC e, por conseguinte, a TV Brasil. Considerando a força da televisão comercial e os hábitos de audiência da população, as questões centrais desse capítulo são de que modo se desenvolveram as tevês públicas no Brasil e o que justifica sua existência hoje. Essa discussão é central no momento de formação de uma emissora pública, para justificar, entre outras coisas, a destinação de verba orçamentária da União para as suas atividades. Procuramos, ainda neste capítulo, fazer um apanhado das discussões sobre a criação da TV Brasil no Congresso e dos ecos dessa discussão na imprensa, com a intenção de perceber que rumos o projeto tomava, que valores privilegiava e quais as garantias dadas em lei para as pretensas independência e autonomia da emissora.

Uma emissora pública se caracteriza, sobretudo, por assumir como principal compromisso uma forte relação com a noção de “público” e as noções e valores a ela associadas. Assim, no segundo capítulo, se fez necessário discutir como as noções de esfera pública, interesse público, jornalismo público se apresentam historicamente e como dialogam entre si. Disso resulta a questão: se o “público” hoje já não pode ser mais visto como o público burguês que chegava a consensos para representar o todo, como as várias vozes do “público” multicultural, consumidor, cidadão se relacionam com essas noções e como é convocado pelos meios? Quem é o “público” na sociedade contemporânea? É na perspectiva dos estudos culturais que nós encontramos novos olhares para pensar esse “público”. É também através dessa perspectiva que recorreremos à metodologia de análise de telejornalismo desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo para analisar de que forma as premissas, os conceitos e as questões tratadas até aqui se atualizam no Repórter Brasil.

Através dessa metodologia foi possível analisar de que modo o Repórter Brasil se vincula ao público, como se endereça a ele. Isso foi feito pela análise de quatro operadores – mediadores, contexto comunicativo, organização temática, pacto sobre o papel do jornalismo – que dialogam entre si e dizem da construção do programa no todo. Para a questão que nos interessa – a relação entre tevê pública e interesse público no Repórter Brasil – foi essencial buscar compreender como o pacto sobre o papel do jornalismo que o telejornal propõe à sua

audiência dialoga com os conceitos de esfera, jornalismo e interesse públicos. Assim, a metodologia foi apresentada já no segundo capítulo na tentativa de discutir melhor esse pacto à luz das discussões propostas.

O terceiro e último capítulo é um esforço de análise do modo de endereçamento do Repórter Brasil. Essa análise deve nos permitir observar de que modo e com que estratégias o telejornal procura criar vínculos com seu público, que valores e premissas do jornalismo privilegia na sua cobertura, se as estratégias às quais recorre funcionam na perspectiva de uma televisão pública e como isso se configura.

O Repórter Brasil é o primeiro produto da TV Brasil e foi ao ar no dia seguinte à sua estréia, em 03 de dezembro de 2007. Inicialmente apresentado do Rio de Janeiro e Brasília, o programa conta hoje com mais um apresentador – em São Paulo. Segundo a emissora, o principal objetivo do telejornal é unificar o jornalismo da rede pública e dar aos estados distantes a mesma possibilidade de entrar no ar que os grandes centros do país.

Como objeto de nossa análise, escolhemos a edição noturna do noticiário que vai ao ar às 21h, no horário nobre. Tradicionalmente, essa faixa de horário na televisão brasileira é dedicada a telejornais ou telenovelas, gêneros de grande audiência entre a população. O Repórter Brasil não concorre diretamente com o Jornal Nacional, que às 21h 30min já está acabando, mas começa no mesmo horário do Jornal da Cultura e dos telejornais de emissoras estatais como TV Senado e TV Câmara além do Jornal do SBT e do Jornal da Record que começa um pouco mais cedo e vai até as 21h 30 min. Na grade da TV Brasil, o Repórter Brasil vai ao ar depois da exibição de shows do Projeto Pixinguinha e é sucedido por vários programas a cada dia da semana, de diferentes gêneros e formatos¹. O corpus aqui analisado é referente às edições de 12 a 16 de agosto, 18 a 21 de agosto, 23 de agosto, 25 a 27 de agosto e 01 a 06 de setembro.

Através da análise observamos que o pacto sobre o papel do jornalismo é um dos operadores fundamentais do modo de endereçamento do Repórter Brasil na medida em discute aspectos legitimadores do jornalismo e regula, pelo menos retoricamente, as ações profissionais e as expectativas do público. Articulado aos outros operadores, o pacto nos ajudou a compreender de que modo esse telejornal lida com as expectativas em torno do gênero e das propostas que apresenta no contexto do que é ser uma televisão pública no Brasil e no mundo contemporâneos.

Acreditamos que a escolha da metodologia foi acertada na medida em que esta nos

¹ Às 21h das segundas-feitas, a TV Brasil exibe o programa “De lá pra Cá” com revisões históricas de assuntos diversos; na terça, o Observatório da Imprensa; na quarta, o 3 a 1, um programa ora de entrevista, ora de debate; na quinta, o jornalístico Caminhos da Reportagem; na sexta Programa de Cinema e no sábado, uma série de shows comemorativos ao aniversário da bossa nova.

possibilitou pensar de que modo as noções aqui discutidas se articulam no jornal através do pacto sobre o papel do jornalismo, do posicionamento dos mediadores, do contexto comunicativo que ambienta emissor e receptor e da organização temática das notícias. Entender de que modo o telejornal se orienta para o telespectador é essencial para pensar de que modo se vincula a este através daquilo que assume como compromissos. No caso do Repórter Brasil, o uso da metodologia nos permitiu entender com que noções de público e esfera pública ele opera e como se articula com os ideais de tevê pública.

Acreditamos que essa discussão é essencial, especialmente em um país em que a televisão tem tamanha importância. Entendemos, porém, que, para ser pública de fato, a TV Brasil precisa aumentar o seu alcance para todo o território nacional e entender de que forma se constitui a esfera pública contemporânea. Ainda há muito o que fazer em termos de televisão pública no Brasil. Acreditamos que discutir como ela é agora ajuda a pensar caminhos para que ela se desenvolva cada vez melhor.

2. Nas antenas de tevê – história e regulamentação das tevês públicas no Brasil

“O nascimento do país urbano que conhecemos hoje é uma história narrada – e impulsionada – pela televisão: ela registra a modernização de um país num espaço em constante mutação, que organiza o movimento das multidões, do consumo de massas, num primeiro momento, e depois dos novos sujeitos e vozes sociais e culturais. A renovação da vida econômica e da vida política são aspectos que a televisão capta e ajuda a produzir.”

Gilberto Gil

Nos idos de 1970, o Jornal do Brasil chamava a atenção dos brasileiros para o poder da TV. Numa matéria intitulada “O meio é a televisão”, o impresso dizia que “este veículo de informação tão subestimado pela maioria dos intelectuais brasileiros e estrangeiros já está começando a ser reconhecido, digamos, artisticamente pelas principais revistas cinematográficas francesas”. Na época, o mundo contava com 227 milhões de aparelhos e, das 190 nações soberanas, 120 possuíam estações de TV. Nos domicílios brasileiros, o número de aparelhos televisores chegava a cinco milhões e meio, para uma população calculada em 85 milhões de pessoas (O MEIO..., 1970).

Hoje, a TV é o meio de comunicação mais popular do Brasil. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano 2000, 37.593.480 dos 42.851.326 domicílios particulares permanentes possuíam pelo menos um aparelho televisivo, ou seja, aproximadamente 88% da população tinha acesso direto à TV dentro de casa. Desses lares, dois milhões não possuíam sequer geladeira. Já televisão paga brasileira contava com 2,5 milhões de assinantes, especialmente nas grandes capitais.

Legalmente, o controle sobre a radiodifusão brasileira é público, e cabe ao Poder Executivo conceder e renovar concessões para esse serviço, como regulamenta o artigo 223 da Constituição Nacional de 1988: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.” (BRASIL, 1988, p.36). Na prática, a televisão brasileira nasceu privada e com intenções comerciais, baseada no modelo norte-americano. Em 18 de setembro de 1950, a TV Tupi-Difusora foi ao ar pelas mãos de Assis Chateaubriand, dono da rede dos Diários e Emissoras Associados (OTONDO, 2002).

As reais condições para a implementação da televisão no Brasil dos anos 50, contudo, sugerem uma ressalva sobre até que ponto sua “vocação” comercial podia ser, de fato, explorada, como assinala Renato Ortiz em “A Moderna Tradição Brasileira”:

Não havia um sistema de redes, os problemas técnicos eram consideráveis, e o videoteipe, introduzido em 1959 – o que permitiu uma expansão limitada da teledifusão para algumas capitais – só começa a ser utilizado mais tarde. A produção da primeira telenovela que usa esse tipo de técnica data de 1963. Devido ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população havia dificuldade real em se comercializar os aparelhos de televisão, que no início eram importados, e somente a partir de 1959 começam a ser fabricados em maior número no Brasil. Pode-se ter idéia da precariedade da indústria televisiva no Brasil quando se sabe que em 1954 sua capacidade de produção se resumia a 18 mil aparelhos. (...) Para se ter uma avaliação da população coberta, devemos ainda considerar a pouca regularidade do hábito de se assistir televisão. Os dados da audiência, embora insuficientes, indicam para 1954 um número de aparelhos desligados que atinge de 50% a 90% nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro; em 1959, no Rio de Janeiro, somente 7% da chamada classe C via televisão, contra respectivamente 65% e 28% das classes B e A. (ORTIZ, 1987)

É importante observar que a chegada da televisão no Brasil coincide com um período de forte tentativa de integração nacional e afirmação de uma identidade e do que é a cultura nacional. No mesmo livro, Ortiz ressalta que a construção da nacionalidade brasileira é ainda um projeto dos anos 30 a 50 e com uma indústria cultural incipiente. Toda a discussão sobre a integração nacional se concentrava no Estado que, embora soubesse do potencial comunicativo e estratégico da radiodifusão e mantivesse um discurso em prol da coordenação e disciplina dos veículos pelo poder central, liberou o uso do rádio como meio publicitário apoiado pelos intelectuais oficiais que diziam que a publicidade convenientemente regulada pelo governo não prejudicava as finalidades educativas do serviço: “Ao que tudo indica, a acomodação dos interesses privados e estatais se realiza no seio de uma mesma instituição sem que ocorra maiores problemas” (ORTIZ, 1987).

Os primeiros programas educativos foram veiculados na televisão por imposição do governo. Segundo Teresa Otondo,

Em 1961, os Diários Associados abriram espaço para a Secretaria de Educação do Estado de S. Paulo. Com quatro horas de cursos diários, foi o primeiro passo para a criação da TV Cultura. (...) Em 1967, o próprio governo comprou a emissora dos Diários Associados, naquela época totalmente arruinada, e com dívidas por toda parte. (...) Em 69, uma vez analisados os problemas jurídicos e financeiros, o governo criou a Fundação Padre Anchieta e a TV Cultura começou a funcionar, em 16 de julho. Em 1975, sete dos 21 Estados brasileiros já tinham o seu canal educativo regional estatal. (OTONDO, 2002, p. 271-272)

Sobre a criação da TVE, em 1967, Othon Jambeiro diz:

Sua criação deveu-se a dois fatores principais: uma ofensiva internacional, liderada pela UNESCO, pressionando pelo uso da TV para atender necessidades educacionais nos países em desenvolvimento; e a necessidade de preparar mão-de-obra apropriada para o processo acelerado de industrialização promovido pelo regime militar. (JAMBEIRO, 2007, p.98)

As tevês educativas nacionais eram proibidas por lei de veicular publicidade e sua programação deveria ser composta de cursos e programas educacionais. Por força do Decreto-Lei 239 de 28 de fevereiro de 1967,

Art. 13. A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

Parágrafo único. A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Art. 14. Somente poderão executar serviço de televisão educativa:

- a) a União;
- b) os Estados, Territórios e Municípios;
- c) as Universidades Brasileiras;
- d) as Fundações constituídas no Brasil, cujos Estatutos não contrariem o Código Brasileiro de Telecomunicações. (BRASIL, 1967)

A intenção criadora das emissoras educativas no Brasil é claramente pedagógica. Segundo Otondo, “o primeiro público que se pretendia atingir com isso era o dos 15 milhões de jovens e adultos sem escolarização. Em 1971, os tele-cursos foram legalizados e concediam diplomas” (OTONDO, 2002, p.272). Havia uma idéia de massificação da educação através da televisão que permitiria ao governo chegar à população sem acesso ao seu circuito oficial. Contudo, esse processo pedagógico era pensado desvinculado das práticas cotidianas do público ao qual se destinava, sem levar em conta as emoções e sensibilidades experimentadas por ele e imprescindíveis também ao processo de aprendizagem. Em artigo sobre o desenvolvimento das televisões públicas na América Latina, Germán Rey define esse cenário,

De um lado, estavam os projetos de televisões comerciais, que ficavam com as emoções, os relatos dramáticos, o entretenimento; e do outro, a televisão educativa, que começou reproduzindo na tela as metodologias e didáticas empregadas na sala de aula. A esquizofrenia foi rapidamente percebida: a escola e a televisão educativa pertenciam a um exterior longínquo e desvinculado das mudanças que estavam ocorrendo (sociedades mais urbanas, variações de gênero, culturas juvenis em expansão), enquanto que as televisões comerciais tinham um relacionamento muito mais forte com o público, ocupando um território informativo, educacional e imaginário ao qual as televisões educativas tinham renunciado, devido à ênfase colocada na educação e nos seus mandatos de difusão (REY, 2002, p.92).

Apesar das limitações impostas em sua origem, foi justamente a partir da rede de televisões

educativas, que os projetos de televisão pública começaram a tomar forma no Brasil. O maior exemplo disso é a formação da TV Cultura de São Paulo. Considerada escolar e elitista em seus primeiros anos, tem hoje autoridade e reconhecimento suficientes para afirmar ser o primeiro canal com espírito efetivamente público no país. A emissora paulista é mantida por subvenções do Estado de São Paulo e é, por lei, uma fundação de direito privado – situação ímpar na América Latina –, o que lhe garante autonomia administrativa. Foi também a partir dessas televisões educativas que se esboçou, a partir do ano de 1999, uma rede de televisão pública no país, em um projeto de cooperação que envolvia a TV Cultura e várias tevês educativas estaduais.

Embora, na prática, as televisões educativas brasileiras tenham extrapolado a esfera unicamente educacional, a estrutura jurídica que as assegura é ainda a mesma de 1967. Segundo o site do Ministério das Comunicações, para as emissoras educativas,

Será admitida apenas a transmissão de programas com finalidades educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais, se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação. (...) O parágrafo único do art. 13 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, diz que as televisões e rádios educativas não têm caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente. Uma melhor análise desse artigo, contudo, deve levar em conta o art. 19 da lei 9.637, de 15, de maio de 1998, que traz o seguinte enunciado: as entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de intervalos. Assim, as entidades de radiodifusão educativa qualificadas como organização social, de acordo com a Lei 9.637, podem veicular publicidade, desde que essa se enquadre no conceito de apoio cultural. (COMUNICAÇÕES, 2008)

Mas se o modo de pensar a televisão e as práticas a ela associadas mudaram muito nas últimas décadas, mudou também o próprio modo de fazer e ver televisão. Isso sugere que a legislação que a regulamenta parte de uma discussão destas novas práticas no intuito de regulá-las.

Via de regra, o que acontece é que primeiro ocorrem – muitas vezes de modo ilegal – as inovações tecnológicas e, depois, chegam as modificações jurídicas. O jurídico desmorona persistindo numa vigência totalmente fictícia, superada por realidades incontestáveis, não só locais, mas também, e acima de tudo, globais. (...) O limbo em que se encontram várias das televisões públicas na América Latina também é um limbo jurídico, ou uma espécie de tradicionalismo, que as deixa ainda mais preteridas. (REY, 2002, p. 96 -101)

Juridicamente, a figura da televisão pública no Brasil não existia até a aprovação da Medida

Provisória 398 de 10 de outubro de 2007, posteriormente substituída pela Lei 11.652, de sete de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos de radiodifusão pública e constitui a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil.

Para além da criação de uma televisão “efetivamente” pública, há que se discutir o próprio caráter público da radiodifusão no país. O artigo 21 da Constituição Nacional classifica como uma das competências da União “os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações” (BRASIL, 1988, p.9) e o artigo 22 determina que compete privativamente a ela legislar sobre esses serviços. Cabe também à União, “outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal” (BRASIL, 1988, p.36), como determina o artigo 223. A radiodifusão é pensada, então, como “uma atividade pública administrativa de satisfação concreta de necessidades individuais ou transindividuais, materiais ou imateriais, vinculadas diretamente a um direito fundamental, destinada a pessoas indeterminadas e executadas sob regime de direito público.” (JUSTEN FILHO, 2005, p.)

Pelo seu poder de penetração, a televisão aberta gratuita é o canal mais forte e democrático de acesso à informação, à cultura e ao entretenimento no Brasil. Como afirma Vera França, “lugar de prática, a televisão é, portanto, um lugar de experiência, da nossa experiência cotidiana. Fazer televisão, assistir televisão não é algo externo, mas interno à vida social(...)” (FRANÇA, 2006, p.33). Todas as televisões têm, portanto, um sentido público podem assumir compromissos de responsabilidade social e gestão ética da informação, mesmo porque isso aumenta a sua confiança e fortalece sua credibilidade.

Para Germán Rey, “a evolução dos canais privados de televisão e a diversificação, em geral, da paisagem televisiva comercial, geram contrastes que as televisões públicas não devem considerar um perigo, e sim uma oportunidade” (REY, 2002, p.94). Ou seja, a televisão pública deve ser pensada como parte do cenário televisivo não em oposição aos canais comerciais, mas “(...) acima de tudo, para delimitar os significados do caráter público em tempos de privatização” (REY, 2002, p.94-95). Idealmente, a velha dicotomia entre televisão comercial e televisão pública cede espaço à discussão sobre que competências específicas cada uma poderia priorizar no seu desenvolvimento. Isso significa que não cabe às televisões públicas disputar espaço de mercado ou audiências com as televisões comerciais, mas ser um

espaço estratégico de representação dos vínculos entre os cidadãos. Como afirma Jesús Martín Barbero,

(...) é justamente pela fragmentação introduzida pelo mercado que se faz necessária uma televisão que se dirija ao conjunto dos cidadãos de um país, que contrabalance na medida do possível a balcanização da sociedade nacional, que ofereça a todos os públicos um lugar de encontro – nem que seja cambiante e precário – que permita, a todos os que quiserem, tomar conhecimento do que a maioria gosta quando isso não vem definido pelo nivelador por baixo do índice de audiência, mas sim por gostos e linguagens comuns, como os que proporcionam alguns gêneros televisivos nos quais convergem matrizes culturais e formatos industriais”.(BARBERO, 2002, p.56).

Uma televisão pública se diferencia por “interpelar o público, incluindo o consumidor como cidadão”, por estar ligada “à renovação permanente das bases comuns da cultura nacional”, pela “recriação audiovisual dos relatos onde se conta a cultura comum” (BARBERO, 2002, p. 57-61). Se o sentido de público no Brasil, como em quase toda a América Latina, esteve sempre confundido com o Estado e com o que era estatal (BARBERO, 2000, p. 49), e se isso estava presente inclusive na estrutura das televisões com pretensões públicas, é no momento em que a questão da mudança do sentido de caráter público toma força e se impõe no campo da cultura e cidadania, que a reestruturação do sistema de radiodifusão pública deve reivindicar sua importância. Para Diego Cifuentes, são três os fatores que tornam necessária a existência da televisão pública nas circunstâncias históricas atuais:

- 1) A expressão da diversidade que constitui a Nação. Por sua natureza, a empresa privada tem a opção legítima de expressar o ponto de vista de seus proprietários, isto é, de um setor da sociedade, com exclusão dos outros. (...) a televisão pública se justifica por se constituir em garantia de expressão da diversidade.
- 2) A cobertura nacional e a expressão descentralizada da comunidade nacional. (...)
- 3) A experimentação, inovação e atenção aos públicos minoritários. (...) A televisão pública pode e deve se esforçar para buscar novos formatos e atender à demanda de públicos minoritários.(CIFUENTES, 2000, p. 131-132)

A implantação da TV Brasil foi defendida com discursos emocionados, cercada de disputas políticas e recebida com críticas da imprensa. Mas em que se apóia o projeto do Estado para essa nova TV Pública? Quais garantias ele oferece ao público de que essa será uma televisão que priorizará o sentido comum, que será um lugar decisivo na inscrição de novas cidadanias e de reconhecimento? Em quê essa nova televisão pública se diferencia das velhas tevês educativas? Quais as críticas aos modelos de gestão e financiamento adotados e como elas se fundamentam? Qual a “cara” da TV Brasil em já mais de um ano de discussão e quase nove meses de existência?

2.1 O que será que será? – A TV Brasil e seu momento de formação.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi criada por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União em 10 de outubro de 2007. A empresa – em forma de sociedade anônima de capital fechado – resulta da união dos patrimônios da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), gestora da TVE Rio. Vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a EBC congrega televisão, rádio e internet e é responsável pelo desenvolvimento de um sistema público de comunicação no país.

O primeiro sinal claro do Governo, na presidência de Luís Inácio Lula da Silva, de que daria atenção ao campo das tevês públicas veio através do Ministério da Cultura, que por intermédio da Secretaria do Audiovisual e em parceria com a Casa Civil e o gabinete da Presidência da República, colocou em marcha um amplo processo de debate que culminaria no I Fórum Nacional das TVs Públicas. Segundo o Secretário do Audiovisual, Orlando Senna,

O Ministério da Cultura, através da Secretaria do Audiovisual, tem trabalhado lado a lado com as TVs públicas brasileiras desde 2003, compartilhando importantes ações, seja pelo investimento de recursos orçamentários para desenvolvimento de conteúdos (em programas voltados para o público infantil, na produção de documentários, na facilitação de acesso das emissoras à produção independente de cinema e vídeo nacionais), seja no apoio para a obtenção de recursos de financiamento por meio da Lei Rouanet e outros instrumentos de renúncia fiscal, seja no acompanhamento dos temas de interesse da TV pública nos debates em diversas áreas de governo, no Parlamento e na sociedade. (...) A razão e o motor dessa ação conjunta é a importância social da TV pública, da sua missão de prestar serviços educativos e culturais à comunidade, conforme reza a nossa Constituição. (SENNA, 2006, p.10.)

Em sua fase preparatória o Fórum propôs a elaboração de um diagnóstico dos diversos segmentos do campo público de televisão no país que, na segunda fase, serviu de base para a discussão de Grupos Temáticos de Trabalho. Estes grupos deveriam aprofundar o tema e preparar delegados para as plenárias finais do I Fórum Nacional de TVs Públicas, que foram realizadas de 8 a 11 de maio de 2007, em Brasília. O documento final do Fórum, a Carta de Brasília, recomenda oficialmente “a regulamentação da Constituição Federal em seu capítulo sobre Comunicação Social, especificamente os artigos 220, 221 e 223” (FÓRUM, 2007), em referência à não existência da complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de comunicação, inclusive. Segundo o site da EBC, foi a partir da Carta de Brasília, que as bases para a sua criação começaram a ser fundadas:

Em maio, num Fórum da TV Pública, promovido pelo Ministério da Cultura sob a liderança do ministro Gilberto Gil, foi aprovada a Carta de Brasília, propondo as linhas gerais para sua criação. O presidente Lula encarregou então o ministro da Comunicação Social, Franklin Martins, de criar as condições para sua implantação. Esta velha aspiração começou a se realizar em 10 de outubro, quando foi editada a Medida Provisória 398, em tramitação no Congresso, criando a EBC, Empresa Brasil de Comunicação, que congrega rádio, Internet e televisão. (EBC, 2008)

Em agosto de 2007, foi realizado, em Salvador, Bahia, o *Workshop* de Programação para TV Pública. Esse foi o primeiro evento para a TV Pública que contou com a participação efetiva da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Durante três dias, “gestores públicos, programadores, produtores e diretores de TV, cineastas e roteiristas, professores, pesquisadores e críticos” (GESTORES...,2007) expuseram o tema através de painéis e mesas de debates.

Mas o movimento do Governo Federal para a criação da TV Brasil é anterior à própria Carta de Brasília. Em cinco de maio de 2007, o site Tela Viva publicou que,

Foi realizada nesta sexta, 25, a primeira reunião entre ministros e o presidente Lula para apresentação dos primeiros estudos referentes ao projeto de criação da TV pública. Ainda não foi uma reunião de deliberação. Segundo o assessor especial da presidência, Delcimar Pires, atualmente um dos responsáveis pela condução do projeto da TV pública na Secretaria de Comunicação (Secom), foram apresentadas a Lula as realidades de diferentes mercados no que se refere a um sistema público de radiodifusão, os primeiros passos que estão sendo dados no Brasil e os modelos de financiamento e gestão que poderiam ser mais adequados ao País. Em relação aos passos concretos já dados, eles ainda estão relacionados à fusão entre Radiobrás e TVE. Estudos jurídicos, técnicos e operacionais estão em andamento e até agora tudo indica que há consenso político sobre a necessidade de se criar essa rede única embrionária, chamada provisoriamente de "TV Brasil". (POSSEBON, 2007).

No dia trinta de maio, o Diário Oficial da União oficializou o grupo de trabalho interministerial responsável pelo desenvolvimento do projeto do sistema nacional de tevê pública. Entre os integrantes do grupo estavam Laurindo Leal Filho e Florestan Fernandes, futuros *ombudsman* e apresentador da TV Brasil, respectivamente.

O projeto da TV Brasil foi apresentado como Medida Provisória publicada em 10 de outubro no Diário Oficial da União. Desde o início da discussão do projeto pelo governo, a MP era a forma mais cotada para apresentação da matéria – a TV Brasil deveria entrar no ar ainda em dezembro², como aconteceu de fato, e um Projeto de Lei prolongaria o processo. Em uma semana, a medida recebeu cento e trinta e duas emendas e, em 22 de novembro, o deputado

²A TV Brasil foi ao ar no mesmo dia em que o país inaugurou o seu sistema de transmissão digital.

Walter Pinheiro (PT – BA), foi escolhido como seu relator. Pinheiro pediu uma audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia para discutir o tema, pois considerava que a MP “deve ser objeto de intensa reflexão por parte da sociedade brasileira e dos membros da Comissão de Ciência e Tecnologia antes de sua efetiva discussão no plenário da Câmara” (CCTCL..., 2007). O deputado também afirmou que a discussão subsidiaria a produção de um relatório que contemplasse “os amplos interesses do país e dos agentes públicos envolvidos neste tema”.

Os pontos mais importantes da medida provisória já eram de conhecimento público, visto que, em boa medida, todo o processo de construção da nova emissora foi amplamente divulgado e acompanhado por movimentos de militância em prol da democratização da comunicação, a imprensa, as universidades – que ofereceram capital intelectual para trabalhar junto ao governo no projeto³ – e a sociedade em geral.

Pela proposta apresentada, o modelo de gestão se concentra basicamente na existência de três conselhos – administrativo, financeiro e curador – e uma diretoria executiva. A idéia é que os conselhos se regulem entre si e regulem o andamento da empresa – financeiramente, administrativamente e, sobretudo, em relação ao cumprimento do seu compromisso social na produção e transmissão de conteúdos ou na disponibilização do seu espaço televisivo. Os membros destes conselhos, especialmente do conselho curador, são, na prática, representantes da sociedade civil, que tem ingerência direta no funcionamento da emissora. O bom funcionamento desses conselhos deve garantir a independência e a isenção da emissora, mas isso também depende do nível de independência e isenção que estes conselhos têm do governo.

O anúncio da primeira composição do conselho curador, feito em 26 de novembro de 2007, gerou polêmica entre parlamentares e organizações da sociedade civil. Na audiência pública

³Um bom exemplo dessa colaboração é a participação de Laurindo Leal Filho, professor da ECA-USP, na comissão de desenvolvimento do projeto da TV Brasil; a participação direta da Universidade Federal da Bahia no *Workshop* de programação de TV Pública realizado em agosto de 2007, em Salvador, que teve inclusive, falas de renomados professores da citada Universidade; ou o envolvimento da USP no Seminário "TV Brasil e os Desafios para a Constituição de um Sistema Público de Comunicação" realizado em conjunto com o Intervozes. Além disso, muitas universidades do país, e especialmente seus cursos de comunicação, promoveram debates sobre o tema com falas de profissionais do campo das TVs Públicas, locais ou convidados de outros estados. A própria presidente da EBC, Tereza Cruvinel, esteve em alguns desses eventos, a exemplo do seminário realizado pelo Intervozes e do Fórum Internacional Mídia, Poder e Democracia, realizado pela Pós-Cultura/UFBA.

realizada no dia 28 do mesmo mês pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, Jonas Valente, integrante do coletivo Intervezes, questionou a escolha dos nomes dos 15 representantes da sociedade⁴ para o conselho: “Qual foi o critério para a escolha dos nomes? Onde se deu o debate sobre essa escolha? Qual o sentido de uma TV pública onde o público não participa?” Sérgio Murillo, representante do Fundo Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), fez coro criticando a ausência de representantes da militância pela democratização da comunicação e considerou o papel do conselho “irrelevante e figurativo”.

A resposta veio da presidente da EBC, Tereza Cruvinel, que afirmou ter receio de que o conselho fosse uma representação segmentada da sociedade e não da sua pluralidade: "Eu me preocuparia muito com a inoperância de um Conselho que vai incorporar tantas organizações ou tantos segmentos da sociedade e se tornasse tão amplo que ficasse inoperante." (AQUINO, 2007a). Para Franklin Martins, “Algo não se discute. As personalidades que estão ali têm evidente independência em relação ao governo e poderão fiscalizar se a TV pública será uma TV plural”. O ministro admite, contudo, que a ingerência dos governantes é um dos maiores problemas a ser enfrentado por qualquer tevê pública, e diz que "Para isso, é preciso [haver] mecanismos por meio dos quais a sociedade controle a tentação dos ocupantes do poder. Precisamos ter mecanismos para que os vícios dos eventuais ocupantes do poder não permaneçam” (AQUINO, 2007b).

A existência de conselhos é comum nas televisões públicas de todo o mundo. São vistos como uma garantia de controle da sociedade sob a coisa pública. O fato de, no Brasil, este conselho

⁴Os nomeados para o conselho são: Ângela Gutierrez: mineira, de Belo Horizonte, Ângela é empresária e empreendedora cultural; Cláudio Lembo: é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e advogado desde 1959; Delfim Neto: economista, professor universitário e político; Ima Vieira: é diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi e foi coordenadora de pesquisa e pós-graduação do mesmo instituto de 2001 a 2005; Isaac Pinhanta: professor indígena da tribo dos Ashaninka, no Acre, já participou da Comissão Pró-Índio; José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni): empresário de comunicação e especialista em televisão, iniciou a carreira na Rádio Nacional, no Rio de Janeiro; José Martins: engenheiro mecânico, começou carreira na Marcopolo, em 1965; José Paulo Cavalcanti Filho: advogado de empresas e especialista em legislações que regulam a imprensa em todo o mundo; Lúcia Willadino Braga: é diretora da Rede Sarah de Hospitais e doutora honoris causa pela Universidade de Reims; Luiz Edson Fachin: advogado, professor de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná; Luiz Gonzaga Belluzzo: professor titular de economia da Unicamp; Maria da Penha Maia: biofarmacêutica - sua militância em movimentos sociais contra a violência e a impunidade foi reconhecida com a sanção pelo presidente Lula, em agosto de 2006, com a Lei Maria da Penha; MV Bill: cantor de *rap* brasileiro, nasceu na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro; Rosa Magalhães: professora, artista plástica, figurinista, cenógrafa e carnavalesca; Wanderley Guilherme dos Santos: graduado em Filosofia e Ph.D em Ciência Política pela Universidade de Stanford.

ser escolhido e nomeado pelo presidente da República levantou questionamentos importantes sobre o nível de isenção que ele pode ter, e o relatório de Walter Pinheiro sobre a medida provisória já sugeria mudanças na forma de nomeação desse conselho e, de fato, a Lei publicada em abril prevê consulta pública para renovação do conselho, mas a sua primeira formação foi feita, exclusivamente, a partir de nomeações do Presidente da República. Segundo o relatório do deputado,

(...) o Conselho Curador afigura-se como peça chave na definição da autonomia da empresa, pois nele o governo federal estará representado por apenas quatro membros de um total de vinte. No entanto, o Conselho não tem o restante de sua composição bem definida.(...) Buscando assegurar a independência e representatividade do Conselho Curador, advogo uma melhor definição, no próprio texto do projeto de lei de conversão, do processo de consulta pública a ser conduzido com vistas à renovação daquele colegiado (PINHEIRO).

O relatório do deputado Walter Pinheiro propôs também mudanças nas regras de publicidade – já que uma das reclamações dos parlamentares era que não havia um veto claro ao anúncio de produtos e serviços – e de financiamento, propondo a utilização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), que complementaria a verba orçamentária do governo e garantiria o seu não contingenciamento:

Permanece sendo preocupante, contudo, a falta de uma fonte de receita que propicie as condições necessárias para a ampliação e melhoria dos serviços de radiodifusão pública.

Sendo, assim, procurei instituir uma contribuição não prevista no texto da MP 398/07 destinada ao fomento da radiodifusão pública. Na prática, a nova contribuição terá como valor dez por cento dos valores da Taxa de Fiscalização de Funcionamento -TFF, devida ao Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – por todas as prestadoras de serviços de telecomunicações e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (PINHEIRO).

A sugestão de utilização dos fundos do Fistel foi elogiada por Franklin Martins: “É um aperfeiçoamento dos mais importantes colocados pelo relator Walter Pinheiro. O fundo já existe e não é totalmente gasto. Então, em vez de diminuir o fundo, por que não usá-lo para fins públicos?” (MACEDO, 2008). Em nenhum momento, a possibilidade de cobrança de uma taxa específica para a manutenção da tevê pública ao cidadão, a exemplo do que acontece na Inglaterra⁵, foi considerada.

⁵ Em muitos países, a televisão pública é financiada por uma taxa paga pela população que tem aparelhos de tevê. Na Grã-Bretanha, por exemplo, essa taxa é de £139,50 por ano para tevês coloridas e £47 para tevês em preto-e-branco. Segundo o site da BBC, é essa licença que oferece aos cidadãos uma televisão livre de anúncios

Mas o tal “consenso político sobre a necessidade de se criar essa rede única embrionária” não existia de fato, e a aprovação da MP foi cercada de polêmicas e disputas políticas⁶. Em 18 de dezembro, o site Comunique-se publicou:

Senadores e deputados de partidos contrários ao governo Lula articulam no Congresso vias de tornar inconstitucional a medida provisória (MP 398/07) que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), órgão mantenedor da TV Brasil. Parlamentares da oposição acreditam que a proposta de se autorizar a transmissão de uma emissora pública no País deveria passar primeiro, pelo Congresso em forma de projeto de lei, já que não seria uma pauta urgente. “Qualquer alternativa pode ser discutida, mas não por meio de MP. Não é hora de o governo criar uma TV pública”, disse o vice-líder do PSDB no Senado, Álvaro Dias (PR). (TV..., 2007).

Em 10 de novembro, o Partido Democratas (DEM), protocolou, no Supremo Tribunal Federal, um pedido de impugnação dos artigos 1º e 7º⁷ da MP através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade.

O Democratas alega que a MP é “abusiva” porque não é urgente tampouco relevante, requisitos para as medidas provisórias. O ministro Eros Grau será o relator da ação.

O partido alega que “o regime jurídico relativo à prestação do serviço de radiodifusão já vigora há muito tempo, sem sobressaltos, na realidade brasileira”. “Seu adequado funcionamento, sem maiores dificuldades ou crises no setor, não indica – parece evidente – a presença dos pressupostos de urgência e relevância que informam o instrumento da medida provisória”, continua. (DEM... 2007)

A já nomeada presidente da EBC, Tereza Cruvinel, justificou a medida provisória:

“Estamos unificando duas entidades com culturas e estatutos jurídicos distintos. Tal processo gera insegurança e incerteza que podem ser danosas ao funcionamento das duas instituições. Nos prazos conhecidos para a aprovação de um projeto de lei, essa insegurança se prolongaria por tempo demais, e os custos poderiam ser ainda maiores” (TV..., 2007).

Mais tarde, o relatório de Walter Pinheiro viria a justificar o caráter de urgência da medida

e independente dos publicitários, acionistas e interesses políticos. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/info/licencefee/> Acesso em 01 de outubro de 2008.

⁶O Artigo 62 da Constituição Nacional de 1988 determina que, em caso de relevância e urgência, o Governo pode adotar medidas provisórias, “com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.” (BRASIL, 1988, p.16)

⁷Art.1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Medida Provisória. / Art.7ºA União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis. (BRASIL, 2007)

provisória pelo “advento da televisão digital (...) uma vez que a introdução dessa nova tecnologia poderá ampliar ainda mais o fosso que separa os dois sistemas [público e privado] em termos de audiência.”

A EBC – que já estava em pleno funcionamento – passou a correr o risco de, caso a medida provisória fosse revogada pelos parlamentares, tornar-se juridicamente ilegal. A disputa política que se instalou a partir da publicação da MP seguiria até o momento de aprovação da Lei, em 04 de abril de 2008.

Mas os trabalhos da TV Brasil continuaram a pleno vapor. Mesmo com a medida provisória ainda em tramitação no Congresso, ela foi ao ar em dois de dezembro de dois mil e sete. No dia vinte do mesmo mês, a emissora assinou um acordo de formação de rede com 20 emissoras públicas, educativas e universitárias de todo o país. O estabelecimento desse acordo permite um sistema de colaboração na transmissão e produção de conteúdo. Até então, a TV Brasil era transmitida apenas para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal e Maranhão. A partir do acordo, o comitê de rede passou a ser integrado pelas emissoras TV Alagoas; TV Cultura, do Amazonas; TVE, da Bahia; TV Ceará; TVE, do Espírito Santo; TVE, do Mato Grosso do Sul; Rede Minas; TV Cultura, do Pará; TV Educativa, do Pará; TV Universitária, de Pernambuco; TV Universitária, do Rio Grande do Norte; TV Cultura, de São Paulo; TVE, de Santa Catarina; TV Aperipê, de Sergipe; Rede Sat, de Tocantins; TVE Rio/TVE MA/TV Nacional, do Distrito Federal; TV Aldeia, do Acre; TV Universitária, da Paraíba; TV Antares, do Piauí; e TV Universitária de Caxias do Sul, do Rio Grande do Sul.

A formação de rede é um ponto vital na estrutura de uma tevê pública nacional. No Brasil, as emissoras comerciais de tevê adotam esse sistema para garantir que o seu sinal chegue à maior parcela possível da população. Se para a televisão comercial essa garantia é uma exigência de mercado⁸, para a televisão pública – financiada pelo Estado, que é sustentado

⁸ Othon Jambeiro explica como funcionam, economicamente, as redes de televisão comercial no Brasil: “(...) no mercado brasileiro de TV, as afiliadas são clientes dos pacotes de programas vendidos pelas “cabeças” das redes e, ao mesmo tempo, fonte de audiências que aquelas “cabeças” compram para empacotar e revender a anunciantes nacionais. As redes agem como corretoras e consolidadoras para as emissoras afiliadas, no negócio de venda de acesso a audiências. Além de comprar e revender audiências, as redes também compram programas para revender às afiliadas, quando estas não têm condições de gerar, elas mesmas, a programação que lhes cabe. Para adquirir programas de outra fonte, a afiliada necessita de autorização da “cabeça”, que estabelece as condições em que isto pode ser feito.” (JAMBEIRO, 2007, p.10)

pelo povo – é uma das suas razões de ser⁹. A formação do comitê de rede da TV Brasil aumenta o seu alcance de forma criativa, através de uma estrutura já existente, mas não resolve o problema de fato, até porque, das vinte e seis unidades federativas, apenas vinte e uma recebem o seu sinal – um número expressivo, mas ainda insuficiente em termos de integração do território nacional.

Uma questão importante, associada ao alcance da TV Brasil, é a centralização da produção, que não se desloca dos centros tradicionais de poder, seja ele político, econômico ou cultural. Uma das disputas mais acirradas na votação da MP foi sobre o local de instalação da sede da emissora, inicialmente planejada para o Rio de Janeiro¹⁰. O Ministro das Comunicações, Franklin Martins e a bancada carioca da Câmara defenderam a manutenção dessa determinação alegando que a capital carioca é um pólo cultural e que a maioria das transmissões é feita pela TVE - Rio. Mas os argumentos de que órgãos federais devem ficar na capital do país, que inclusive era a sede da antiga Radiobrás e abriga mais de 800 dos seus funcionários que foram incorporados pela nova emissora, defendidos pelos deputados Jofran Frejat (PR-DF) e Jovair Arantes (PTB-GO), foram mais fortes. Para a aprovação da Lei, o texto da medida provisória foi mudado permitindo que a empresa possa instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer lugar desde que dê continuidade à estrutura já existente no Rio – que continua como principal centro de produção – Distrito Federal e Maranhão.

Outra forte evidência dessa centralização foi a mobilização da TV Brasil para que São Paulo recebesse o seu sinal já na estréia, enquanto a maioria da população brasileira não teria acesso a ele. A transmissão seria feita por um aparelho digital, encomendado para a ocasião. Como o aparelho ficou retido na Receita Federal e não foi liberado até o dia 02 de dezembro, a emissora providenciou meios de viabilizar a transmissão analógica por meio de um transmissor emprestado.

A MP entrou em pauta no congresso no dia quatorze de fevereiro de 2008 quando o parecer do deputado federal Walter Pinheiro foi lido no Plenário da Câmara dos Deputados, mas a

⁹Como já citado, Diego Cifuentes aponta como dois dos três fatores que justificam a existência da TV Pública hoje a expressão da pluralidade nacional e a cobertura nacional e a expressão descentralizada da comunidade nacional. (CIFUENTES, 2002, p.131).

¹⁰A medida provisória determinava que a emissora tivesse sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e escritório central em Brasília. Para a aprovação da Lei, essa determinação foi mudada.

discussão só começou na segunda-feira, dezoito. Por ocasião da votação, o ministro da cultura, Gilberto Gil, que não pôde estar presente na audiência pública enviou, através Sérgio Mamberti, secretário da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, uma carta aberta aos parlamentares pedindo o apoio para aprovação da MP:

Estamos hoje diante de uma decisão inadiável. Não podemos mais nos retardar em garantir bem estar e qualidade de vida a todos os brasileiros. Esta decisão diz respeito ao direito dos brasileiros acessarem conhecimento, cultura e educação pela televisão, que é um dos instrumentos mais importantes do nosso tempo.

Em minha cabeça, estão as fortes palavras de nossa Constituição Brasileira sobre a cultura. Ela nos diz que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (GIL, 2008).

A intenção da bancada oposicionista, como afirmou o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto na ocasião, era obstruir a votação da matéria através de todos os instrumentos possíveis: “No que depender da gente, vamos dar trabalho”. (DISCUSSÃO..., 2008). No dia 19, o texto principal da medida foi aprovado por trezentos e trinta e seis votos a favor com cento e três contrários e três abstenções. O esforço da oposição, que obstruiu a votação por mais de cinco horas, conseguiu apenas adiar a votação dos destaques¹¹ para o dia 26 do mesmo mês (GUERREIRO, 2008).

Na segunda votação, os destaques propostos pelo relator, Walter Pinheiro, foram aprovados quase sem mudanças enquanto a maioria dos destaques propostos pela oposição foi rejeitada¹². No texto final saído da Câmara, as principais mudanças em relação à MP foram a

¹¹ Que modificam o texto principal.

¹² Destaques rejeitados:

- DEM, excluía a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública do texto;
- DEM excluía a possibilidade de contratos com dispensa de licitação;
- PSDB, proibia a veiculação de nomes, símbolos e imagens que caracterizassem promoção pessoal ou partidária de autoridade, servidores públicos e cidadãos em geral;
- PSB/PDT/PCdoB, incluía uma lista de 15 entidades que deveriam ter representação no conselho curador da TV Brasil;
- PSB/PDT/PCdoB, definia que a regra de oferta obrigatória dos canais TV Câmara, TV Senado, TV Justiça, TV Brasil e NBR valeria apenas para novas concessões;
- PSDB, impedia a contratação, por tempo determinado, de pessoal técnico e administrativo pela EBC e também proibia a absorção dos empregados da Radiobrás;
- PSB/PDT/PCdoB, igualava o mandato dos representantes dos empregados da EBC no conselho curador ao dos demais conselheiros, aumentando o tempo de permanência de dois para quatro anos.

mudança da sede do Rio para Brasília, da forma de financiamento, a criação de uma ouvidoria, especificações na forma de publicidade feita pela emissora e a inclusão de representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no Conselho Curador, que já tinha representações de alguns Ministérios. Da Câmara, o texto aprovado seguiu para apreciação e votação no Senado. A medida foi incluída na ordem do dia automaticamente, já que o prazo de 45 dias para a votação, determinado pela Constituição, já estava esgotado. O prazo para deliberação da matéria era 21 de março, mas a oposição no Senado também se esforçou para atrasar a votação. O líder do DEM na Casa, o senador Agripino Maia, garantiu que “o debate vai à exaustão. Ninguém pode assegurar que o debate vá acontecer até o dia 21 e que no dia 22 não haverá matéria a debater” (CHAGAS, 2008a).

A sessão de votação da MP 398/07, em 11 de março de 2008, foi tumultuada. Contando com ela, havia três medidas provisórias trancando a pauta do Senado e a possibilidade de a sua votação ser adiada. Durante a tarde, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), declarou que tentaria votar as três medidas no mesmo dia. O relator da matéria no Senado, Renato Casagrande (PSB-ES), era mais pessimista – tinha a intenção de que ela fosse votada até o dia seguinte, mas trabalhava com o prazo do dia 19.

A presidente da EBC, Tereza Cruvinel, foi pessoalmente ao Senado entregar ao seu presidente e a lideranças partidárias um documento de apoio de entidades da sociedade civil em defesa da TV pública. Neste momento, ainda antes do início da sessão, a base aliada tentava encontrar meios de acelerar a votação da medida. Para a Senadora Ideli Salvatti, era necessário correr contra o tempo “porque a semana que vem é uma semana esvaziada por causa do feriado da Semana Santa. Temos que resolver isso nesta semana” (CHAGAS, 2008b). A solução encontrada pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), foi recomendar a rejeição da Medida Provisória 397, alegando a existência da proposta de uma medida idêntica na Câmara. A manobra deu certo, mas a oposição (PSDB e DEM) se retirou do plenário em reação à iniciativa, mas isso apenas facilitou a votação, que teve caráter simbólico.

O Senado não fez emendas à medida e enviou apenas três sugestões ao governo federal: “que o nome do diretor-presidente seja aprovado pelo Senado; que se aumente de 5% para 15% a produção independente a ser veiculada pela EBC; e que a empresa privada que não quiser veicular eventos esportivos contratados possa negociar com outras emissoras privadas o

direito de transmissão. A última sugestão foi acatada, e apenas um artigo¹³ foi vetado. Em 08 de abril, a Lei 11.652 foi publicada no Diário oficial da União e a EBC passou existir oficialmente de fato.

2.2 E agora José?

Os primeiros meses de funcionamento da EBC foram um teste à sua independência e integridade. Críticas da imprensa, a saídas de Luiz Lobo e Orlando Senna por motivos controversos, intervenção do conselho curador pedindo pluralidade na programação – tudo isso aconteceu nos primeiros seis meses de transmissão da emissora.

Completos quatro meses desde que a primeira edição do Repórter Brasil foi ao ar, em 03 de dezembro de 2007, em abril de 2008, o então editor-chefe do noticiário, demitido da emissora pública, deu entrevista à Folha de São Paulo acusando o Palácio do Planalto de interferência na TV Brasil. Segundo Luiz Lobo, haveria na emissora “um cuidado além do jornalístico” ao noticiar assuntos relacionados ao governo. O jornalista acusava a coordenadora de telejornais Jaqueline Paiva – esposa do também jornalista e assessor da presidência Nelson Breve – de controlar o conteúdo jornalístico a favor do Planalto. Ele declarou para Daniel Castro, da Folha,

"Todo texto sobre Planalto, Presidência, política e economia tem que passar por ela [Jaqueline Paiva]. É ela quem edita, faz as cabeças [a introdução das reportagens de televisão, lida pelo apresentador]. Existe um poder dentro daquela redação. Eu era editor-chefe, mas perdi autonomia até para fazer a escalada [as manchetes de um telejornal]. A Jaqueline muda os textos dos repórteres frequentemente. Há muita insatisfação entre os jornalistas", afirma. Outro exemplo de interferência, de acordo com Lobo, foi a orientação para, nas reportagens sobre deficiências da saúde pública, informar que o setor sofreu um corte orçamentário devido ao fim da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). A derrubada da CPMF foi uma vitória da oposição. “Fizemos uma reportagem falando que a verba do SUS [Sistema Único de Saúde] acabaria antes do fim do ano. A Helena [Chagas, diretora de jornalismo da TV Brasil] me chamou na sala dela e disse que era um absurdo uma matéria daquelas ir ao ar, porque em nenhum momento mencionava a falta dos bilhões da CPMF”, diz. (CASTRO, 2008)

¹³ Art. 31. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil, realizados no Brasil e no exterior e que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e emissora de radiodifusão que decida não transmiti-lo na televisão aberta. Parágrafo único. No caso de a emissora detentora dos direitos decidir não gerar o sinal correspondente a um determinado evento, deverá autorizar a EBC a fazê-lo em seu lugar.

Esse foi o primeiro caso a colocar em cheque a pretensa autonomia da TV Brasil e o seu modelo de gestão. As respostas da EBC vieram através de Helena Chagas, diretora de jornalismo e da própria Jaqueline Paiva – elas alegaram incompatibilidade de Lobo com a função de editor-chefe e defenderam o trabalho que fazem na emissora como “jornalismo”,

"Não dá para ser editor-chefe de jornal entrando às 16h. É incompatível. Como Jaqueline é chefe de telejornais, portanto acima dele [Lobo], e como ele não comparecia, é claro que os textos passavam por ela", afirma.

Lobo contesta. Diz que chegava à TV Brasil às 10h30, saía às 13h30 e retornava às 16h. Apenas nas últimas semanas, quando a "pressão se tornou insuportável", é que passou a entrar às 16h, diz.

Helena confirma a cobrança da informação do fim da CPMF em reportagem sobre saúde pública. "Eu cheguei e falei que faltava um detalhe na matéria: faltam os R\$ 30 bilhões da CPMF, em nome do bom jornalismo. Não foi um episódio político, mas um reparo jornalístico", diz.

A diretora também confirma a orientação para o uso de "suposto dossiê". "O tempo todo eu pedi "suposto dossiê." Acho que é mais correto do ponto de vista jornalístico." (CASTRO, 2008)

A matéria da Folha data de 07 de abril. No dia seguinte, o conselho curador se pronunciou sobre o caso na figura do seu presidente, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que anunciou a possibilidade de o conselho montar uma comissão corregedora para avaliar o caso. A comissão deveria ouvir os dois lados da questão para saber quem estaria falando a verdade. (CONSELHO..., 2008). Em 10 de abril, Jaqueline Paiva anunciou a decisão de processar por injúria o jornalista Luiz Lobo, com respaldo da emissora

“O que ele (Lobo) fez não tem preço”, disse Jaqueline, explicando que a EBC custeará o processo e o advogado, segundo seu estatuto. “Ele expôs toda uma redação que trabalha sob cobrança intensa. Vamos ter que recomeçar tudo do zero.” A jornalista afirmou ainda que não vê problemas em depor na comissão criada pelo Conselho Curador para apurar o episódio (CONSELHO..., 2008).

A resposta do conselho para o impasse só veio em agosto, após a produção de um relatório assinado pelos conselheiros José Paulo Cavalcanti, Ima Viera e Cláudio Lembo (DEM) que concluía, depois da análise de vinte e seis manchetes de vinte noticiários que antecederam a demissão de Luiz Lobo, que a maior parte delas mantinha o tom crítico ao governo e não favorável, contrariando a denúncia do ex-editor-chefe do Repórter Brasil. Da mesma reunião, saiu também a decisão de que o Conselho produziria um código de conduta a ser seguido por todos os funcionários da EBC.

Dois meses após a demissão de Lobo, Orlando Senna, anuncia o seu pedido de demissão da

empresa. No comunicado, diz acreditar já ter dado sua contribuição para o projeto de Tv Pública no Brasil e explica os porquês do pedido,

Minha saída está motivada pela consciência de que, na forma de gestão adotada, a Direção Geral, cargo que ocupei, não está provida da autonomia e mobilidade necessárias para cuidar dos aspectos operacionais da empresa, tornando-se, no atual desenho de gestão, praticamente desnecessária. Minha atitude não significa descrença no projeto, do qual continuo ardente defensor. A EBC terá de solucionar várias questões para alcançar o seu objetivo de empresa pública de comunicação moderna, democrática e financeiramente saudável. São questões no âmbito estrutural, na forma de gestão e na definição de encaminhamentos, sobre os quais enviei documento às instâncias superiores da empresa, no dia 30-05-2008, sugerindo ajustes e chamando a atenção para o caráter urgente das providências. Realizados os ajustes necessários, a EBC/TV Brasil poderá cumprir o objetivo de liderar uma comunicação pública plural, isenta, inteligente, interativa e formadora de cidadania. Esses ajustes, esse processo de concretização do sonho de uma TV pública, de uma comunicação plenamente pública, blindada contra os poderes e interesses governamentais e econômicos, só chegará a bom termo (como todos sabemos) com a participação direta da sociedade. Nesta fase crucial de instalação da EBC a ação das entidades e das personalidades que se fizeram ouvir no Fórum de TVs Públicas, na Carta de Brasília, na aprovação no Congresso se torna ainda mais importante e decisiva. E que outras entidades e personalidades se somem a esse labor de vigilância constante e atuação propositiva, garantindo a presença majoritária da produção independente e regional na programação televisiva, radiofônica e web, a horizontalidade da rede, a independência editorial, o jornalismo isento, a vinculação da empresa a algum ministério (lutemos, por exemplo, por uma fundação pública de direito privado). (SENNA, 2008)

As críticas que vem de dentro da própria emissora abalam o ainda frágil discurso de autonomia e independência apregoado pela EBC. Cremos que estão são questões fundamentais para entender o processo de criação, implantação e criação de vínculos entre a emissora e o seu público – especialmente importante quando se trata de uma tevê pública. Aparte os resultados apresentados pelo Conselho ou a posição da emissora com relação a cada uma das questões levantadas, o que nos interessa investigar neste trabalho, é de que forma, os objetivos da EBC enquanto emissora pública se materializam em um produto específico – resultado final e objetivo das suas propostas.

Responder às questões sobre a emissora só é possível pelo acompanhamento e análise do que a TV Brasil vem sendo e como ela está lidando com os princípios que anuncia como seus, seja na sua administração, seja na produção e gestão de conteúdo. Por isso, propomos a análise do telejornal Repórter Brasil como um produto que pode dar pistas concretas de como esse projeto de televisão pública está se materializando. Acreditamos que uma análise do modo de endereçamento do telejornal da emissora pode nos ajudar a pensar, a partir das estratégias que ela usa para atingir seu público, que noção de cidadão e cidadania está presente na sua constituição.

3. O jornalismo e a nova esfera pública

“(...) Mas para o jornalismo ter importância precisa ser útil de um modo particular. Precisa dar ao público a sensação de que a vida não é apenas uma sequência de fatos ocasionais. (...) Informações úteis ajudam o público a compreender o que pode ser mudado e o que deve ser mantido.”

James Fallows, Detonando a Notícia

O jornalismo enquanto instituição social se consolidou por uma trajetória ligada ao processo de formação da sociedade burguesa que foi buscar na república e na democracia as suas

formas ideais de governo. Em oposição à aristocracia, esse novo jeito de orquestrar a sociedade pressupunha a participação e a intervenção do povo, do «público». Nesse modelo, o «público» é a instância de discussão dos privados que produziriam uma opinião legitimada pelo consenso e, portanto, uma decisão política legítima. O espaço em que essa discussão é possível é a esfera pública.

Para Habermas (1989), a esfera pública é um espaço em que indivíduos privados discutem matérias públicas, um espaço que media sociedade e estado. A esfera pública tem a influência potencial sobre o poder formando um consenso crítico que produz opinião pública coerente e fazendo o estado responsável para com os cidadãos (LIVINGSTONE, 1994, p.16)¹⁴.

Esse modelo descrito por Habermas como a esfera pública moderna se constitui historicamente em relação com outras instituições e esferas próprias do modo de vida moderno. Como caracteriza Wilson Gomes,

de fato, historicamente, a esfera pública moderna se constituiu como, por assim dizer, um mecanismo de defesa. Nasce com a burguesia, classe social que a partir do século XVI controlava as posições chave na economia das sociedades européias, mas estava excluída do poder exercido como domínio no Estado e na Igreja. Foi precisamente o contraste entre a sua importância social e o seu reconhecimento, de um lado, e o estado de *privados* de função política, de politicamente desprovidos de influência, do outro lado, que levou os burgueses a identificar na possibilidade da esfera pública, sobretudo um âmbito livre do domínio das instâncias estabelecidas e neutralizado quanto ao poder. Este âmbito, acreditavam, na medida em que se submeteria apenas à força do melhor argumento haveria de, em princípio, ser capaz de converter a autoridade (política, eclesiástica, artística) em autoridade racional (GOMES, W. 1998)

Segundo Livingstone e Lunt (1994), Habermas argumenta que, durante os séculos dezessete e dezoito, emergiu uma esfera pública burguesa que criou um fórum no qual autoridades do estado podiam ser criticadas e chamadas a justificar-se – esse fórum era baseado no princípio da publicidade. Ao princípio de poder existente, o público burguês opõe o princípio de supervisão, e é esse princípio que demanda que os procedimentos se tornem públicos.

Contudo, para Habermas, essa esfera pública – que está nas discussões cotidianas, interpessoais, nos espaços públicos – já não existe, senão como uma promessa: “política partidária e a manipulação das mídias de massa resultaram em uma «refeudalização» da esfera pública, em que representação e aparências excedem o debate racional e em que o público racional-crítico é transformado em uma massa, manipulado pela autoridade persuasiva”¹⁵ (LIVINGSTONE; LUNT, 1994, p.19). Essa mudança se dá especialmente no plano político,

¹⁴For Habermas (1989), the public sphere (*Öffentlichkeit*) is a space where private individuals discuss public matters, a space which mediates between society and the state. The public sphere has a potential influence over power by forming a critical consensus which produces a coherent public opinion and by making the state accountable to its citizens (...).

com a institucionalização da esfera pública no interior do Estado e o seu distanciamento da esfera civil, cada vez mais submetida aos valores de mercado. Na perspectiva de Habermas e dos frankfurtianos os meios de comunicação de massa representam um declínio da racionalidade e oferecem apenas uma cultura de consumo para satisfazer desejos falsos e comodistas.

Os estudos culturais propõem uma outra perspectiva que amplie o conceito de esfera pública e consumo para pensar as novas relações sociais e o papel das mídias. Sonia Livingstone e Peter Lunt (1994) trazem da análise de Foucault¹⁶ sobre o poder na sociedade contemporânea um modo de repensar essas relações. Eles afirmam que, na prática, a esfera pública burguesa exclui a maioria dos setores da sociedade (mulheres, crianças, trabalhadores), o que resulta em um exército de vozes marginais e conflitantes, e sugerem que as mídias possam promover um lugar em que os processos de distribuição de poder possam se efetuar e resistir de diversas maneiras. Para Peter Dalhgren,

os estudos culturais sublinham que, nos lugares da recepção midiática e, de maneira mais geral, no contexto plural da vida cotidiana, as linhas divisórias entre o pessoal e o político, ou o privado e o público, não seguem quaisquer padrões estritos. O psicológico, o cultural e o político se interpenetram. Questões de geopolítica global, o Estado, o setor das corporações, região, bairro, família, identidade, gênero, relações íntimas, raça, classe, o inconsciente, a linguagem e assim por diante ativam uns aos outros e tornam-se atualizados em várias constelações entre as percepções populares (DALHGREN, 2000, p 17).¹⁷

Repensar a esfera pública implica, inclusive, repensar o modo como concebemos a política, tão central no conceito de esfera pública de Habermas. De essencialmente ligada aos processos decisórios do Estado, a política ganha uma dimensão cotidiana, pessoal e também cultural,

para os cidadãos se constituírem como "públicos", se pretendem ser mais do que consumidores midiáticos anômicos, isolados em suas casas, eles exigirão quadros de experiência partilhados e materiais simbólicos em estado natural para moldar as suas

¹⁵ “Party politics and the manipulation of the mass media have resulted in a “refeudalization” of the public sphere, where representation and appearances outweigh rational debate and where the rational-critical public is transformed into a mass, manipulated by persuasive authority”

¹⁶ Para Foucault, o poder nas sociedades contemporâneas, é um poder distribuído, negociável e sempre em deslocamento.

¹⁷ Cultural studies’ bit underscores that at the sites of media reception and more generally in the pluralistic contexts of everyday life, the dividing lines between the personal and the political, or the private and the public, do not follow any tidy patterns. The psychological, the culture and the political interpenetrate. Issues of global geopolitics, the state, the corporate sector, region, neighborhood, family, identity, gender, intimate relations, race, class, the unconscious, language and so on activate each other and become actualized in various constellations within people’s perceptions.

identidades coletivas, mesmo se não permanentes. Em outras palavras, um pré-requisito para o funcionamento dos públicos é algum sentido subjetivo de comunidade. Nós devemos notar que, no que diz respeito a isto, os estudos culturais vão além da noção de esfera pública inspirada por Habermas e podem ser vistos como uma modificação desse esquema, que continua a ser bastante apegado a uma noção racionalista de como os públicos emergem e interagem (DALHGREN, 2000, p 17).¹⁸

Pensar o receptor, o público, no enquadramento dos estudos culturais, significa vê-lo como consumidor das mensagens, como intérprete ativo destas. Consumir bens ou meios massivos de comunicação é também um ato político, racional, ideológico. Nestor Garcia Canclini defende que consumir é também um modo de pensar e intervir:

o exercício da cidadania sempre esteve associado à capacidade de apropriar-se dos bens e dos modos de usá-los, mas se supunha que essas diferenças estavam niveladas pela igualdade em direitos abstratos que se concentravam em votar, em sentir-se representado por um partido ou um sindicato. Junto com a desarticulação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação ganham força. Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertencem e que direitos me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses – são respondidas mais no consumo privado de bens e dos meios massivos que nas regras abstratas da democracia ou na participação coletiva em espaços públicos (CANCLINI, 1995, p. 13).¹⁹

Nesse contexto, o jornalismo moderno, que é uma instituição surgida no mesmo momento da noção de esfera pública conceituada por Habermas e parte mesmo do sistema social burguês, precisa ser também repensado. Nós adotamos aqui a perspectiva de considerá-lo como uma instituição social e uma forma cultural, o que implica reconhecer que o jornalismo se desenvolve diferentemente em sociedades específicas e é uma construção, da ordem da cultura – não é natural, que seja como é em cada contexto.

Considerar o telejornalismo na perspectiva dos estudos culturais deve implicar articular suas dimensões técnica, social e cultural, o que garante unidade ao nosso objeto de estudo e um olhar mais atento ao analista. Do nosso ponto de vista, isso significa acompanhar Raymond Williams, para quem a televisão é, ao mesmo tempo, uma tecnologia e uma forma cultural, e o jornalismo, uma instituição

¹⁸ For its citizens are to constitute 'publics', if they are to be more than anomic media consumers, isolated in their homes, they require shared experiential frameworks and symbolic raw materials to shape their collective identities, even if impermanent. In other words, a prerequisite to the functioning of the publics is some subjective sense of community. We should note that, with regard to this, cultural studies goes beyond the Habermas-inspired notion of the public sphere and can be seen as a modification of this scheme, which remains wedded to a rather rationalist notion of how publics emerge and interact.

¹⁹ Siempre el ejercicio de la ciudadanía estuvo asociado a la capacidad de apropiarse de los bienes y los modos de usarlos, pero se suponía que estas diferencias estaban niveladas por la igualdad en derechos abstractos que se concretaban al votar, al sentirse representado por un partido político o un sindicato. Junto con la descomposición de la política y el descreimiento en sus instituciones, otros modos de participación ganan fuerza. Hombres y mujeres perciben que muchas de las preguntas propias de los ciudadanos - a donde pertenezco y qué derechos me da, cómo puedo informarme, quién representa mis intereses – se contestan más en el consumo privado de bienes y de los medios masivos que en las reglas abstractas de la democracia o de la participación colectiva en espacios públicos.

social. O telejornalismo é, então, uma construção social, no sentido de que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação (GOMES, 2007, p.).

Assim sendo, o jornalismo hoje se relaciona de um modo específico com a esfera pública contemporânea, com os novos modos de pensar o poder e a política, mas, enquanto instituição, traz consigo marcas do seu desenvolvimento histórico e expectativas em relação às funções que desempenha na sociedade. No caso específico do telejornalismo,

o telejornalismo, como instituição social, não se configura somente a partir das possibilidades tecnológicas oferecidas pelos séculos anteriores, mas na conjunção das possibilidades tecnológicas com determinadas condições históricas, sociais, econômicas e culturais. Isso de modo algum significa conceber o jornalismo como cristalização, mas, bem ao contrário, afirmar seu caráter de processo histórico e cultural. (GOMES, I. 2007, p. 3)

O que nos interessa é observar de que modo os valores e normas profissionais adotados pelos jornalistas “são efetivamente desenvolvidos nas atividades profissionais específicas e como eles configuram produtos comunicacionais específicos em diferentes contextos” (GOMES, I. 2007, p. 5-6). O conceito de modo de endereçamento diz respeito ao modo como um programa específico tenta estabelecer uma forma particular de relação com sua audiência. Ele nos diz da orientação de um programa para o seu receptor e da relação de interdependência entre emissores e receptores na construção de sentido de um produto,

Nessa perspectiva, o conceito de modo de endereçamento se refere ao modo como um determinado programa se relaciona com sua audiência a partir da construção de um *estilo*, que o identifica e que o diferencia dos demais. Ele permite verificar como instituição social e forma cultural se *atualizam* num programa específico (GOMES, I. 2007, p.17).

O Grupo de Pesquisa em Análise de Telejornalismo da Universidade Federal da Bahia, coordenado pela professora Itania Gomes, propõe uma metodologia de análise do modo de endereçamento dos programas jornalísticos televisivos que leve em conta os dispositivos semióticos e verbais da tevê e a sua linguagem específica em articulação com elementos discursivos, sociais, ideológicos, culturais e propriamente comunicacionais. Para alcançar esse fim, o grupo desenvolveu quatro operadores de análise a partir dos quais os programas se constroem – eles devem ajudar o analista a acessar o modo de endereçamento de um programa específico (GOMES, I. 2007). Estes operadores – a saber, o mediador, o contexto comunicativo, a organização temática e o pacto sobre o papel do jornalismo – não funcionam isoladamente, mas se articulam entre si. A seguir, descrevemos resumidamente estes operadores.

O mediador: Apresentadores ou âncoras, repórteres, comentaristas, correspondentes são figuras importantíssimas na construção de programas jornalísticos televisivos. Os primeiros, em especial, são as figuras centrais, responsáveis por construir a relação entre telespectadores, outros jornalistas e fontes. Em maior ou menor grau, é a partir do seu modo de se relacionar com o telespectador, da sua *performance*²⁰, do seu posicionamento diante das câmeras, que o programa se organiza. Para Itania Gomes,

(...) o modo de endereçamento diz respeito também aos vínculos que cada um dos mediadores (âncoras, comentaristas, correspondentes, repórteres) estabelece com o telespectador no interior no programa e ao longo da sua história dentro do campo, à familiaridade que constrói através da veiculação diária/semanal do programa, à credibilidade que constrói no interior do campo midiático e que “carrega” para o programa, ao modo como os programas constroem a credibilidade dos seus profissionais e legitimam os papéis por eles desempenhados.

O mediador é também responsável pelo verbal no telejornalismo e, por conseguinte, pelas estratégias narrativas e argumentativas utilizadas.

O contexto comunicativo: O ambiente comunicativo de um programa jornalístico televisivo situa o telespectador, de certo modo, em relação à sua posição de audiência. Esse contexto em que a comunicação se desenvolve implica emissores, receptores e situações espaciais e temporais em que o processo se dá, ou seja, “a comunicação tem lugar em um ambiente físico, social e mental partilhado” (GOMES, I. 2007, p. 19)

Desse modo, um programa que tem como cenário uma bancada na qual se posicionam apresentadores discretamente vestidos sugere maior distanciamento entre emissores e receptores do que um programa em que os apresentadores estão em uma espécie de sala de estar, com roupas mais coloridas, por exemplo. Estratégias verbais são também importantes na construção desse ambiente (“assista conosco no próximo bloco”, “você, amigo da rede Globo”).

A organização temática: o modo como o programa organiza os assuntos dos quais trata sugere uma aposta em competências ou interesses específicos por parte da audiência. Especificamente no caso de telejornais, a organização temática

pode ser compreendida através da observação do modo específico de organizar e apresentar as diversas editorias e do modo específico de construir a proximidade geográfica com sua audiência. Um telejornal pode ser local, regional, nacional ou internacional. Sem ser temático, o telejornal pode enfatizar as editorias de economia e política, ou a de cultura e lazer, ou a de esportes (GOMES, I, 2007, p. 21).

²⁰ Tal como utilizada no teatro.

O pacto sobre o papel do jornalismo: Considerando o telejornalismo como uma construção que se atualiza de diferentes formas em contextos ou programas específicos, pensamos o pacto sobre o papel do jornalismo como aquilo que é capaz de regular a relação entre o telespectador e o programa. É esse pacto, entendido aqui como um acordo tácito, que indica ao telespectador o que esperar de um programa, com que noção de jornalismo ele opera e como atualiza as normas, valores e premissas dessa instituição.

Para compreensão do pacto é fundamental a análise de como o programa *atualiza* as premissas, valores, normas e convenções que constituem o jornalismo como instituição social *de certo tipo*, em outras palavras, como lida com as noções de objetividade, imparcialidade, factualidade, interesse público, responsabilidade social, liberdade de expressão e de opinião, atualidade, quarto poder, como lida com as idéias de verdade, pertinência e relevância da notícia, com quais valores-notícia de referência opera.

É através do pacto sobre o papel do jornalismo que podemos analisar de que modo um telejornal trabalha, por exemplo, com as noções de esfera e interesse públicos ou que valores e premissas ele privilegia na sua vinculação com uma emissora pública ou comercial. No nosso caso específico, interessa observar de que modo a noção de interesse público – central em qualquer concepção de jornalismo, mas especialmente naquelas que se endereçam ao público visto como agente social – é configurada.

Devemos considerar que, assim como a noção de esfera pública, a noção interesse público – também originalmente atrelada ao modo de vida burguês e suas instituições correlatas – sofreu mudanças significativas para atender às demandas dessa nova constituição do “público”. Mesmo com todas as mudanças, a noção de interesse público ainda é certamente um dos pilares mais fortes do jornalismo. Para Itania Gomes, essa noção é um dos valores que o constituem como instituição social e parece regular a prática profissional (GOMES, 2007, p.6). Para Wilson Gomes, é parte do próprio discurso de legitimação da profissão:

desde suas origens modernas, o discurso de autolegitimação moral do jornalismo tem-se apoiado na idéia de que a existência de uma imprensa livre decorre de sua importância para a defesa do “interesse público”, isto é, do conjunto de interesses da cidadania. (GOMES, W. 2003, p.64)

A BBC de Londres, o primeiro e mais consolidado exemplo de televisão pública no mundo, de acordo com as suas Normas Editoriais, se coloca a serviço do interesse público declarando:

procuramos produzir reportagens de relevância. Devemos ser vigorosos em chegar ao cerne da questão e bem informados em explicá-lo. Nosso conhecimento especializado deve contribuir com autoridade e análise para o complexo mundo em que vivemos. Devemos fazer perguntas incisivas àqueles que ocupam cargos públicos e propiciar um amplo fórum para o debate da sociedade (FILHO,L.,2008, p.160).

Historicamente vinculado à esfera pública e ao que concerne à coisa pública, a legitimação do jornalismo pelo interesse público é culturalmente construída²¹ e, portanto, sofre influências constantes das mudanças ocorridas nos modos de vida da sociedade.

Para Wilson Gomes (2003), – que defende, como Habermas, que a esfera pública hoje já não existe de fato – hodiernamente, há uma tendência de pensar interesse público fora do seu contexto de origem para adequar o termo ao discurso de autolegitimação do jornalismo contemporâneo. Segundo o autor, se esse era, outrora, um instrumento democrático, essencialmente interessado em promover e fomentar a discussão sobre a coisa e a vida pública e política, liberal e iluminista; hoje, assume os contornos de uma prática mercadológica, regida por regras e interesses comerciais. Ao jornalismo contemporâneo interessa conquistar um público ávido por informação de qualidade em diversas áreas de interesse – não só a política ou a coisa pública. O autor nos chama atenção para o fato de que não podemos admitir que o princípio do serviço ao interesse público seja considerado como “único valor a justificar o trabalho jornalístico”, mas reforça que ele “deve continuar valendo para aqueles aspectos do jornalismo voltados para o público-cidadão” (GOMES, W., 2003, p.75).

Esse pensamento ainda hoje é usado para caracterizar, entre outras coisas, o jornalismo público. Márcia Benetti Machado e Fabiane Moreira definem o jornalismo público como aquele que “está baseado em idéias como o fortalecimento da vida pública, a concepção de seu público como cidadão e não como consumidor, a preocupação com a formação dos cidadãos e não apenas com a informação e a consciência da responsabilidade social” (MACHADO; MOREIRA, 2005, p.3).

Na nossa perspectiva, se ampliamos o conceito de público para entender também o consumo como uma ação racional, consciente e cidadã, servir ao interesse público não significa referir-se apenas à política e à coisa pública no seu sentido iluminista. Para Canclini, “recordar que nós cidadãos somos também consumidores leva a encontrar na diversificação dos gostos uma das bases estéticas que justificam a concepção de democracia e de cidadania” (CANCLINI, ano, p.30)²². Uma nação não se sustenta unicamente por determinações político-legislativas, mas, sobretudo, porque os indivíduos que lhe compõe se sentem parte dela, comungam uma

²¹ Para Itania Gomes “a concepção de que o telejornalismo tem como função institucional tornar a informação publicamente disponível e de que o que faz através das várias organizações jornalísticas é uma construção: é da ordem da cultura e não da natureza do jornalismo ter se desenvolvido deste modo em sociedades específicas” (GOMES, I., 2007, p. 3).

noção subjetiva de coletividade. Ampliar a noção de interesse público significa reconhecer esses valores como constituintes e constitutivos da cultura e do modo de vida dos cidadãos, do “público”. Ainda segundo Canclini,

reconceber a cidadania como “estratégia política” serve para abarcar as práticas emergentes não consagradas pela ordem jurídica, o papel das subjetividades na renovação da sociedade e, por sua vez, entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática e buscar novas formas de legitimidade estruturadas de forma duradoura dentro de outro tipo de Estado (CANCLINI, 1995, p.21)²³.

A comunicação não está fora dos horizontes da vida cotidiana, mas dentro dela. Nesse sentido “jornalismo, como comunicação política, constitui um elo entre as configurações da esfera privada (casa, amigos, etc) e os atuais eventos da esfera pública e política (DAHLGREN, 2000, p. 12)²⁴. Para Peter Dahlgren, as pessoas interpretam ativamente o mundo que ocupam e dele fazem parte também os meios de comunicação. Assim,

os estudos culturais argumentam que o jornalismo é algo que faz parte, em vez de se separado, da cultura popular. O produto, a produção e a recepção do jornalismo são caracterizados por processos que de modo nenhum seguem rigorosamente o modelo de racionalidade iluminista. (...) É evidente que não existem fórmulas puras ou soluções fáceis, mas repensar o jornalismo como parte da cultura popular, entendendo que isto não necessariamente significa o desaparecimento da esfera pública (e bem pode apontar para a sua renovação), seria um passo construtivo (DAHLGREN, 2000, p.18)²⁵.

A concepção do que seja o jornalismo público depende diretamente do entendimento que se tem com relação à noção de público. Uma delas, por exemplo, surgiu nos Estados Unidos na década de 1990, a partir do trabalho de David Merrit, editor-chefe do Wichita Eagle, da cidade de Wichita (Kansas). Os motivos para o seu desenvolvimento estavam principalmente ligados ao exercício da cidadania.

(...) os seus objetivos principais não estavam relacionados a problemas econômicos, mas sociais e comunitários, entre outros, a necessidade de motivar os norte-

²² Recordar que los ciudadanos somos también consumidores lleva a encontrar en la diversificación de los gustos una de las bases estéticas que justifican la concepción democrática de la ciudadanía.

²³ Reconcebir la ciudadanía como “estrategia política” sirve para abarcar las prácticas emergentes no consagradas por el orden jurídico, el papel de las subjetividades en la renovación de la sociedad, y, a la vez, para entender el lugar efectivo de estas prácticas dentro del orden democrático y buscar nuevas formas de legitimidad estructuradas en forma duradera en otro tipo de Estado.

²⁴ Journalism, as political communication, constitutes a link between the settings of the private sphere (home, friends, etc.) and the public sphere of the current events and politics.

²⁵ Cultural studies argues that journalism is something part of, rather than separate from, popular culture. The output, production and reception of journalism are characterized by processes which by no means strictly follow the Enlightenment model of rationality. (...) Clearly there are not neat formulas or easy solutions, but rethinking journalism as a part of popular culture, and understanding that this need not necessarily signal the demise of public sphere (and may point its renewal) would be a constructive step.

americanos para o voto, que para eles é facultativo. Escolher candidatos comprometidos com as comunidades e suas lutas contra a pobreza, droga e a violência era uma das doutrinações originárias (SILVA, 2002, p.2).

Acreditamos que o jornalismo público está relacionado às questões mais cotidianas da vida do cidadão, porque é parte dela – especialmente no contexto de uma concepção de esfera pública que inclui cidadãos que consomem, que agem e que são multiculturais, multirraciais e tem idéias diferentes que precisam ser postas em questão. Em uma sociedade em que o poder se desloca, o jornalismo público pode oferecer espaço para circulação de idéias que nem sempre interessam ao jornalismo comercial, sejam elas de minorias, dissidentes ou locais.

Para o nosso trabalho, interessa observar especialmente o discurso da TV Cultura de São Paulo, cujo exemplo e experiência nos permitem ampliar o olhar para o desenvolvimento da discussão sobre a relação entre jornalismo, interesse público e televisão no Brasil. Com intenção de orientar seus funcionários, a emissora lançou em maio de 2004 um Guia de Princípios do Jornalismo Público. Marco Antônio Filho, então diretor de jornalismo da emissora, apresenta o guia como a sistematização de um “esforço laboratorial de seis anos”, que envolveu redação e quadros técnicos da emissora e “pretende traduzir para o âmbito do jornalismo a matriz filosófica da TV Pública”. (CULTURA, 2004, p. 4). Para a emissora, o ordenamento jurídico de uma televisão pública é essencial para o desenvolvimento do jornalismo público sem embaraços;

por guardar distância saudável do mercado, uma emissora pública – e, é claro, o jornalismo produzido por ela – não reduz a audiência à condição de mercadoria a ser negociada com os anunciantes. Mais do que uma ponte para a permuta comercial, a ampliação do universo de telespectadores oferece a possibilidade de se passar maior número de conteúdos consistentes e compatíveis com o projeto da instituição e de interesse geral da sociedade. (CULTURA, 2004, p.10).

O imbricamento entre os valores que orientam a «tevé pública» e o «jornalismo público» pode guiar o jornalismo praticado nessas emissoras. O que é de interesse da cidadania, o que é comum, as minorias e suas formas de expressão, a experimentação, o desenvolvimento de linguagens que atendam ao gosto da audiência, sem deixar que os números sobre ela determinem os critérios de qualidade adotados, são possibilidades que podem ser exploradas aqui de forma mais consistente que nas emissoras comerciais. A idéia de que “a informação é um bem precioso (um meio de “educação permanente”), de posse do qual o receptor compreende melhor a realidade que o circunda, forma juízos, reconsidera posições e se abre para o resto da humanidade” (CULTURA, 2004, p. 31), pode ser um guia precioso para o jornalismo desenvolvido nas emissoras públicas.

3.1 Para o Brasil se ver e se Refletir

Se é em uma empresa pública que o jornalismo público encontra sua melhor forma de expressão, ele é também a “prova de fogo” do sucesso dos veículos que se pretendem guiados pelos interesses do cidadão. Bem sucedido, esse tipo de jornalismo marca e reafirma a independência e autonomia dos veículos em que é desenvolvido frente aos governos ou mercados e fortaleceria os vínculos criados com o seu público.

Por ocasião da estréia da TV Brasil, o enfoque do jornalismo praticado pela emissora parecia ser a questão mais urgente para os interessados no projeto. Em entrevista à agência “Brasil de Fato”, Tereza Cruvinel disse, a respeito do jornalismo:

a TV Brasil fará um jornalismo sem adjetivos cromáticos, guiado pelos fatos, pelo equilíbrio e isenção. E independentemente da boa intenção ou das virtudes de seus dirigentes, a vigilância da sociedade deve prevalecer. A TV não fará matérias a favor do governo, brigando com os fatos, negando-os ou distorcendo-os, mas também não deve confundir independência com oposição ao governo a qualquer custo. Embora o Estado seja um dos maiores financiadores da TV Brasil, o jornalismo não será subordinado às conveniências do governo. Faremos um jornalismo que buscará oferecer ao cidadão a informação mais objetiva possível, para que ele mesmo forme suas opiniões. Queremos um jornalismo participativo, que leve em conta as realidades de todo o país. (LIMA, 2007)

A maior polêmica levantada até então era a relação da nova emissora com o governo, já que seu modelo de gestão e seu conselho curador estão, de certa forma, subordinados ao Estado – seja pela sua vinculação à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), seja porque é delegada ao próprio presidente a escolha dos integrantes do conselho.

Em 01 de dezembro de 2007, véspera da estréia oficial da TV Brasil, a EBC publicou em seu site um documento intitulado “Nosso Jornalismo” no qual manifesta o seu compromisso e explicita as características do jornalismo que pretende exercer. Através dele, declara que:

Garantir o direito à informação é um compromisso fundamental da TV Brasil, e neste sentido está orientado o nosso jornalismo, que terá as seguintes características:

1. A TV Brasil vai produzir, em primeiro lugar, um jornalismo voltado para o cidadão, ou seja, para questões de seu interesse. Nosso compromisso é informar sobre as questões de interesse público, guiando-nos pela fidelidade aos fatos. E tendo sempre em mente que, cada matéria, cada nota, deve tentar dar resposta a essa pergunta: “O que isso vai mudar na vida das pessoas?”. (...)
2. Um jornalismo imparcial e plural. Como? Dando a notícia sem dar a nossa opinião, mas abrindo, com equanimidade, espaço para que se manifestem os mais diversos pontos de vista a respeito do assunto. (...)
3. Outra característica do jornalismo que pretendemos fazer é a participação da sociedade, a interatividade. Vamos garantir espaço ao cidadão, aos atores sociais e aos movimentos e organismos representativos para a produção de vídeos, matérias e outros tipos de colaboração. (...)
4. Por fim, o

jornalismo da TV Brasil pretende ser um jornalismo nacional de fato - como não há hoje nenhum outro no país. Isso quer dizer, com uma participação muito maior dos estados na formação do noticiário da rede. (EBC, 2007)

A EBC indica, portanto, um compromisso com o interesse público em primeiro lugar, incluindo o cidadão no seu discurso, seja pelo acesso de minorias produtoras de conteúdo aos meios de exibição, seja pela participação do público por canais interativos como o próprio site da empresa que propõe enquetes e abre espaço para comentários sobre sua programação e suas propostas. A empresa afirma um compromisso em fazer um jornalismo “nacional de fato”, que abra espaço para que todas as regiões do país se mostrem. Essas escolhas se articulam e aparecem na programação como estratégias de individualização da emissora em si e de cada programa em particular.

A proposta do próximo capítulo é entender, através de uma análise de modo de endereçamento, como o Repórter Brasil lida com os valores de formação do jornalismo, suas premissas, seus valores, normas e convenções e as escolhas que faz em relação a isso, ou seja, com qual noção de interatividade trabalha e de que modo isso aparece no programa, qual a noção de interesse público está implícita no uso de uma enquete com populares, por exemplo. Essas escolhas dizem do pacto estabelecido entre o telespectador e o programa, sobre o papel do jornalismo na sociedade. Uma análise que trabalhe com esse e os outros três operadores, anteriormente apresentados, pode ser útil mesmo na crítica do funcionamento das estratégias escolhidas e das noções de público, esfera pública e interesse público com as quais o telejornal opera.

4. Repórter Brasil

O Repórter Brasil é a primeira produção jornalística da TV Brasil. Foi ao ar pela primeira vez no dia 03 de dezembro de 2007, uma segunda-feira, um dia depois da estréia da nova emissora. Sendo a EBC e, portanto, a TV Brasil produto da união entre a Radiobrás e a TVE Rio, o Repórter Brasil veio substituir os antigos telejornais das duas emissoras, o Repórter Nacional e o Edição Nacional²⁶, respectivamente.

A missão do Repórter Brasil, contudo, vai além da simples substituição. Por ocasião do seu

²⁶ Repórter Brasil inaugura o jornalismo unificado da TV pública da EBC. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/30/materia.2007-11-30.4143275408/view>>, acessado em 04 de Novembro de 2008.

lançamento, o gerente de jornalismo da EBC, Eduardo Castro, declarou que era um desejo antigo das direções de emissoras públicas no Brasil criar um telejornal unificado, em que estados distantes dos grandes centros pudessem ter a mesma possibilidade de estar no ar. Para Helena Chagas, “a idéia é que o *Repórter Brasil* seja, de fato, um jornal nacional, como acho que não temos hoje em dia”. Ela reconhece, contudo, que as condições técnicas para que esse objetivo seja cumprido não são muito favoráveis (MACEDO, 2007).

Enquanto os telejornais antigos das duas emissoras que se uniram traziam no nome a palavra nacional – que remete ao que é da nação, pertencente a ela – o telejornal da nova emissora se desvincula dessa idéia e assume o nome do país – a maior aposta do *Repórter Brasil* é mostrar o país que traz no nome, de um jeito como ele não é visto nas emissoras comerciais, como assegura Eduardo Castro:

A gente vai mostrar o Brasil numa perspectiva que a gente hoje, na tevê comercial, poucas vezes vê. A gente vai mostrar o Brasil a partir daquilo que faz o próprio cidadão por meio das suas iniciativas de áudio e de vídeo e também vai mostrar com base naquilo que é feito nos outros estados, nas outras emissoras públicas, tanto emissoras educativas quanto emissoras universitárias, emissoras comunitárias, enfim; a gente quer que esse campo tenha na EBC um lugar pra mostrar o material que produz e mostrar o Brasil de um jeito que hoje em dia ele não é visto. (YOUTUBE, 2007)

O telejornal é apresentado em duas edições diárias, uma às oito da manhã e outra às 21 horas. A primeira edição é apresentada direto de Brasília. A segunda, até 14 de abril, foi ancorada de Brasília e do Rio de Janeiro, as duas praças principais. A partir dessa data, passou a ser apresentado também de São Paulo para que a cidade tivesse mais destaque no noticiário (DIAS, 2008). A nossa escolha foi a de analisar somente a edição noturna²⁷, das 21 horas, visto que essa é a edição do horário nobre, por ser a principal e oferecer melhores elementos para a análise, como a apresentação a partir de três praças, por exemplo, que não acontece na edição matutina, apresentada apenas de Brasília.

A proposta do *Repórter Brasil*, ainda segundo Eduardo Castro, é fazer um jornalismo mais atento ao que interfere diretamente na vida do telespectador: "enquanto a emissora comercial, por sua natureza, busca mais o pitoresco ou algo de fácil digestão, podemos trabalhar numa

²⁷ A análise apresentada neste capítulo é referente às edições dos dias 12 de agosto a 13 de setembro de 2008 com exceção das edições dos dias 22 e 28 de agosto.

outra densidade, em nosso jornal, assuntos que interfiram diretamente na vida do telespectador" (SOALHEIRO, 2007). A nossa proposta aqui é analisar de que modo o jornalismo público da TV Brasil se apresenta no Repórter Brasil e de que modo ele se endereça a seu público. Qual a noção de cidadão e cidadania inscrita nele? O que ele traz de propostas para um novo modo de fazer jornalismo no Brasil? O que lhe é próprio enquanto produto jornalístico televisivo? Qual pacto sobre o papel do jornalismo estabelece com seu público?

A começar pelas cores escolhidas para o programa – desde a vinheta até o cenário, há predominância do azul, que sugere seriedade – a apresentação cênica do Repórter Brasil não indica muita novidade em relação ao telejornalismo praticado pelas emissoras comerciais. Usada por grande parte dos telejornais no país, especialmente na grade noturna, o azul é, por exemplo, a cor predominante também no cenário do Jornal Nacional, o telejornal mais popular do país. Os cenários são simples, compostos por bancada de madeira com tampo prateado, tela de LCD²⁸ e um espaço destinado às entrevistas – no estúdio do Rio, a própria bancada abriga o eventual entrevistado que ocupa um espaço idêntico ao do entrevistador, ao lado dele. Em Brasília e São Paulo, o apresentador recebe entrevistados em uma sala de estar com poltronas e outra tela de LCD. Os dois espaços sugerem uma proximidade entre quem pergunta e quem responde, sugerem também, ao menos espacialmente, uma relação igual entre os dois.

Os três apresentadores “oficiais” do Repórter Brasil são Lincoln Macário, em Brasília, Luciana Barreto, no Rio, e Florestan Fernandes Júnior, em São Paulo, mas apesar de esta ser a equipe que consta no site do noticiário, outros eventuais apresentadores são frequentes no comando no telejornal. Aos sábados, o programa é geralmente apresentado de Brasília por Fernanda Isidoro ou Natália Pereira²⁹, mas pode ser transmitido também dos estúdios de São Paulo ou Rio. Cristina de Lamônica (Brasília), Carla Ramos (Rio de Janeiro), Ana Luísa Médici (São Paulo e Brasília) e José Donizete são apresentadoras eventuais do noticiário. Todos têm passagens anteriores por emissoras públicas, estatais ou educativas, como TV Justiça, TVE Rio ou TV Nacional. No período da nossa análise, a jornalista e atleta Carla Maia foi convidada para integrar a equipe

²⁸ Monitor de cristal líquido, do inglês, *Liquid Cristal Display*.

²⁹ As edições de sábado têm menor duração e costumam ser mais “leves”, com poucas notícias de economia e política e mais matérias sobre arte, esportes, lazer.

do telejornal como apresentadora das notícias das Paraolimpíadas de Pequim.

De todos os nomes, o de maior destaque é, sem dúvida, o do jornalista Florestan Fernandes Júnior, filho do sociólogo Florestan Fernandes – militante das causas públicas como a educação gratuita e universal, as políticas afirmativas, a reforma agrária. Júnior formou-se em jornalismo em 1977 e foi apresentador da TV Nacional antes de assumir o cargo de diretor do departamento de Jornalismo da TV Brasil. O jornalista foi também repórter dos jornais Folha de S.Paulo e Jornal da Tarde, repórter da TV Cultura, da TV Globo e da TV Manchete, além de editor do Jornal da Gazeta. Mesmo com um currículo considerável e o nome notório que herdou do pai, o jornalista não é muito conhecido na televisão, não é uma estrela. A sua presença confere credibilidade ao telejornal mas, assim como os outros apresentadores, ele pode ser substituído inclusive no meio da semana. A substituição de nenhum dos apresentadores precisa ser justificada. No período analisado, a praça que teve maior número de apresentadores foi Brasília, quatro enquanto São Paulo teve três apresentadores e o Rio apenas dois.

Já na escalada, três apresentadores dividem a narração das matérias. Na edição de 4 de setembro, Luciana Barreto, Florestan Fernandes e Lincoln Macário apresentam os destaques do dia:

Luciana Barreto, Rio de Janeiro – *Medo de recessão na Europa e nos EUA derruba bolsas e eleva cotação do dólar. A ONU estima que países emergentes vão crescer quatro vezes mais que os ricos.*

Florestan Fernandes, São Paulo – *Dieese mostra que três de cada quatro categorias profissionais terão salários reajustados acima da inflação. Queda nos alimentos em agosto puxa para baixo os preços para a população de baixa renda.*

Lincoln Macário, Brasília – *Ministro da defesa reafirma que o exército comprou um novo equipamento de escutas para a ABIN. A agência diz que o equipamento só faz rastreamentos.*

Luciana Barreto, Rio de Janeiro – *O novo caveirão está nas ruas do Rio. O blindado usado no combate a traficantes resiste a baterias antiaéreas, mas é alvo de críticas dos especialistas.*

Florestan Fernandes, São Paulo – *Dia de fúria: moradores da periferia de Buenos Aires tocam fogo em um trem revoltados com atraso. Várias pessoas foram presas.*

Lincoln Macário, Brasília – *O Ministro da Saúde defende no Supremo aborto de feto sem cérebro e garante que o SUS tem exames precisos para identificar o problema.*

Luciana Barreto, Rio de Janeiro – *O corpo de Waldick Soriano está sendo velado na Câmara dos vereadores do Rio. O cantor morreu hoje aos 75 anos.*

Florestan Fernandes, São Paulo – *E morre também o ator Fernando Torres. De uma família de artistas, era casado com Fernanda Montenegro.*

Lincoln Macário, Brasília – *E o Comitê paraolímpico entra com recurso para evitar que o medalhista Clodoaldo Silva mude de categoria na natação.*

Estas falas, em OFF, são acompanhadas de imagens de cada uma das notícias: o novo “caveirão”, a revolta de populares em Buenos Aires, o Ministro da Saúde discursando no supremo. Após essa sequência, surge uma montagem de três pequenas telas dispostas sobre um fundo azul com o logotipo do noticiário no canto inferior direito. Embaixo de cada uma das pequenas telas, o nome da cidade onde está o apresentador que aparece nela. Eles se apresentam:

Luciana Barreto, Rio de Janeiro – *Olá, boa noite. Eu sou Luciana Barreto;*

Florestan Fernandes, São Paulo – *Olá, boa noite. Eu sou Florestan Fernandes;*

Lincoln Macário, Brasília – *Boa noite. Eu sou Lincoln Macário. Dos estúdios do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, está começando a edição de hoje do Repórter Brasil.*

Esse esquema é repetido por todo o noticiário: as matérias apresentadas são chamadas, cada uma por um apresentador – assuntos de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo são sempre apresentados do estúdio da cidade (ou estado) em questão; as outras regiões aparecem geralmente através de produções de emissoras regionais, nem sempre citadas pelos apresentadores, embora no interior das matérias seja possível perceber de quem é a produção seja pela identificação na corola do microfone, seja pelos créditos de imagem.

Embora a proposta declarada do Repórter Brasil seja fazer um jornalismo “nacional de fato, como não encontramos nos telejornais hoje”, o enfoque predominante do noticiário é o do eixo Rio-São Paulo- Brasília não só porque a apresentação do telejornal é feita a partir destas três cidades, mas sobretudo porque as matérias de âmbito “nacional” são geralmente elaboradas a partir de um exemplo generalizado a partir destes centros simbólicos. Isso poderia se explicar em parte pelo fato de que a estrutura técnica da emissora está montada nestas três cidades, mas considerando que a TV Brasil tem um centro de produção também em

São Luiz do Maranhão e a incidência do estado no noticiário é mínima³⁰, acreditamos que a escolha por privilegiar este eixo tem a ver com o fato de que estes são considerados centros de decisão política, econômica e cultural do país. As matérias de âmbito nacional, por exemplo, são todas produzidas por essas três praças fundadas em um discurso sobre o cidadão que é afetado pelas decisões do Congresso e pelas oscilações da economia estejam no Acre ou em São Paulo.

As matérias das emissoras afiliadas, produzidas em diversos estados do país, geralmente aparecem no telejornal por apresentarem uma situação particular ou para particularizar um tema que esteja na agenda do Repórter Brasil. Assim, quando o jornal discutia a “crise” nos transplantes de órgãos no Rio de Janeiro, motivado pela denúncia de um esquema de compra de órgãos, às matérias factuais sobre queda do número de doações e a morte de Da. Vanda, que há cinco anos esperava por um transplante de fígado se opõe a matéria produzida pela TV Ceará que mostra o sucesso da implantação de uma comissão para cuidar de transplantes no Hospital de Mecejana, em três de setembro. Ou ainda, matérias sobre as plantações de morango e mexerica em Minas e o desenvolvimento de uma técnica para plantar bambus em laboratório no Acre ganham espaço a partir da divulgação dos bons indicadores para o crescimento da economia do país atrelada à produção de alimentos. Fora esta condição, as matérias das afiliadas costumam aparecer dando conta de fatos ocasionais – como o aparecimento de uma baleia morta em uma praia em Aracajú, Sergipe – ou de situações particulares que exemplificam temas de relevância nacional e raramente para tratar de assuntos desse âmbito de forma mais geral. Matérias de turismo e meio ambiente também aparecem.

O discurso do Repórter Brasil se baseia fundamentalmente na idéia da cidadania. Assim, as decisões do Congresso afetam diretamente a sua vida, os gastos do Governo saem do seu bolso. Na edição de treze de agosto, Cristina de Lamônica chama a repórter Karine Melo ao vivo, de Brasília:

CABEÇA: (Cristina de Lamônica, Brasília) Aprovações no Congresso que mexem com a vida de cada um. Foi criado o micro empreendedor e a licença maternidade ganha mais tempo. A repórter Karine Melo acompanhou as votações e tem os detalhes.

³⁰ Durante o período analisado, a cidade de São Luiz do Maranhão apareceu apenas uma vez através de uma notícia sobre um temporal que alagou as ruas da cidade em 18 de agosto.

As entradas ao vivo de Brasília, seja da frente do Palácio do Planalto, seja do Salão Verde do Congresso Nacional, são corriqueiras – as últimas notícias do governo são apresentadas pelo repórter que está acompanhando as votações e os trabalhos do Governo. Mas a tendência dessas entradas não é noticiar primordialmente o jogo e as disputas políticas – embora essas disputas também tenham espaço – mas atualizar notícias sobre a tramitação de projetos ou decisões de Governo que tenham influência direta na vida do cidadão, como no caso citado acima. A política, que parece sempre externa ao cotidiano das pessoas, é apresentada como parte dele – aprovações que mexem com a vida de cada um. Mas o cidadão continua passivo diante destas decisões, ele recebe o resultado do que a instituição Estado resolveu. A matéria apresentada em 13 de agosto sobre a licença maternidade leva o telespectador a “entender” a nova regra, como afirma imperativamente o texto da escalada do programa. A cidadã mãe será simplesmente uma beneficiária da nova Lei:

CABEÇA: (Cristina de Lamônica, Brasília) Para valer, falta o Presidente Lula assinar o projeto que o Congresso aprovou. A licença maternidade passa de quatro para seis meses. Na Lei aprovada, as funcionárias públicas ganham o benefício imediatamente.

OFF: Grávida de oito meses a mamãe de primeira viagem Graziela não acreditava que a Lei pudesse ser aprovada antes da chegada de Bernardo. No caso dela, que é funcionária pública, se o presidente sancionar a tempo, ela já sabe como vai aproveitar os dois meses a mais de licença.

SONORA: (Graziela Pontes – funcionária pública) Voltando a trabalhar aos quatro meses eu teria que fazer a introdução de papinhas e alimentos sólidos antes da hora. Agora eu não preciso mais. Então, só a possibilidade de amamentar meu filho até o sexto mês, já é maravilhoso.

OFF: A Lei prevê prazo para a mãe pedir a prorrogação da licença – até o primeiro mês após o parto. Vale também para a mãe que adotar uma criança.

PASSAGEM: (Karine Melo – Brasília) Para as mulheres que trabalham na iniciativa privada, ampliação do benefício fica por conta da empresa. Mas está previsto na Lei, o incentivo para o empregador que conceder os dois meses a mais de licença maternidade. Eles poderão descontar o valor do imposto de renda da empresa, mas a novidade, nesse caso, só deve valer a partir de 2010 – isso porque o Governo precisa calcular antes o quanto vai perder com arrecadação de impostos.

OFF: Para os que temem que a mulher possa ser discriminada na hora da contratação, a

relatora do projeto já tem a resposta.

SONORA: (Rita Camata – PMDB/ES) Não tem nenhuma perspectiva de excluir a mulher do mercado de trabalho porque é facultativo; ela vai voltar para produzir numa condição muito mais plena, mais segura, também para o seu trabalho. Então, acho que é ganho para o bebê, que é importante nesses primeiros meses de vida; é ganho para a empresa, que esse projeto é pra CLT e um ganho importante para a mulher.

NOTAPÉ: (Cristina de Lamônica, Brasília) Mas a Lei não vai valer para as funcionárias públicas estaduais e municipais. Essas vão ter que esperar que deputados e vereadores também aprovem leis como estas.

Apenas mulheres aparecem desde a cabeça até o fechamento da matéria no estúdio (notapé). Essa construção contribui no sentido de criar laços de identificação - quem fala é alguém que faz parte do mesmo mundo da telespectadora, é um igual – são todas protagonistas da mesma cena. A fala da deputada federal Rita Camata, no final da matéria, funciona como uma garantia do legislativo, de que essa Lei não trará nenhum prejuízo à vida profissional da mulher, questão muito debatida à época.

A deputada é uma fonte oficial, que transmite credibilidade ao programa pelo recurso de voz autorizada. De modo geral, esse é o tipo de fonte privilegiada pelo Repórter Brasil – o especialista, a autoridade, o representante de uma instituição. Na edição de dezoito de agosto, o início do Horário Eleitoral Gratuito, que aconteceria no dia seguinte, mereceu destaque – uma matéria falava da importância que ele tem para o processo eleitoral e para o fortalecimento da democracia, mas chamava atenção, sobretudo, para o porquê da gratuidade. À matéria, se seguiu uma entrevista realizada no estúdio do Rio de Janeiro por Luciana Barreto, com Carlos Eduardo Caputo Bastos, Ministro do TSE. Tanto na matéria, quanto na entrevista, a voz é dada às fontes oficiais, sejam representantes do governo, de instituições de ensino, especialistas em direito. Na construção da matéria, o telejornal contextualiza a questão e depois abre espaço para as vozes autorizadas.

CABEÇA: (Cristina de Lamônica) Começa amanhã a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na tevê dos candidatos às prefeituras e câmaras municipais. Mas será que esse espaço para mostrar as propostas dos candidatos é mesmo gratuito?

OFF: A cada dois anos a história se repete – os candidatos contratam produtoras e gastam tudo o que podem para atrair a atenção do eleitor. É a propaganda em rádio e tevê que começa nesta terça-feira e vai até o dia dois de outubro. Os programas de rádio e televisão

vão ao ar pela manhã e ao meio-dia, e na tevê a propaganda será exibida à uma da tarde e às oito da noite.

PASSAGEM: (Roberto Maltchik – Brasília) A propaganda eleitoral toma o horário nobre mas não é de graça. As emissoras deixam de recolher impostos pelo espaço cedido aos candidatos na época da campanha. Nas eleições deste ano a renúncia da receita federal deve somar mais de 242 milhões de reais.

Após a contextualização, a voz dos especialistas serve para ampliar o olhar sobre a questão. Assim, o Repórter Brasil recorre ao advogado e ex-ministro do TSE, Fernando Neves, ao professor de comunicação da UNB Paulo José Cunha e ao Procurador Eleitoral do Pará, Ubiratan Gazetta, que falam sobre a importância do horário eleitoral para o fortalecimento da democracia, alertam os eleitores sobre as artimanhas usadas pelos candidatos para atraí-los, lembram que ataques muito fortes à honra do adversário pode chegar a ser crime. E é nesse contexto que o cidadão é visto como um agente social, pela participação institucionalizada através do voto, pela eleição de representantes.

Na tentativa de construir uma suposta imparcialidade, o Repórter Brasil recorre quase sempre às fontes institucionais ou especializadas. As fontes que aparecem no lugar do cidadão enquanto tal são quase sempre ilustrativas. O Presidente da República, pelo cargo que ocupa, tem espaço assegurado, ainda que seja para falar de futebol³¹. Depois dele, os ocupantes de cargos institucionais do Congresso e do Senado e os Ministros são usados como fonte por representarem as Casas e os Ministérios. Fora isso, os políticos têm voz enquanto relatores de processos ou envolvidos em casos de destaque. Em matéria de cinco de setembro sobre as escutas telefônicas realizadas pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), por exemplo, as três sonoras são divididas entre um procurador da república, o presidente do senado, Garibaldi Alves, e o senador Demóstenes Torres, que teve telefones grampeados na operação da ABIN.

As entrevistas também dão lugar às vozes autorizadas. É o entrevistado, por sua especialidade e autoridade quem dá um parecer, emite sua opinião, geralmente técnica, “independente” da opinião do programa, que não se manifesta declaradamente. O apresentador não questiona incisivamente, não faz um papel de investigador, ele é um mero mediador entre o público e o

³¹ No dia 5 de agosto o presidente Lula criticou a atuação da seleção brasileira e elogiou o desempenho de Messi, jogador da Argentina. O comentário causou irritação entre a equipe brasileira e foi tema de uma matéria no repórter Brasil.

entrevistado, ele está ali como ponte, a serviço. Em algumas ocasiões “a população” é “convocada” a perguntar. Na edição de uma matéria sobre nepotismo é seguida por uma entrevista com Cláudio José Montesso – presidente da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho). Depois de fazer duas perguntas ao entrevistado, Cristina de Lamônica anuncia a participação:

Cristina de Lamônica: *Nós temos uma pergunta da população*

Rafael Cairo – estudante: *eu queria saber se eu passasse em algum concurso público, se algum parente meu até terceiro grau, se eu podia assumir?*

Cláudio José Montesso: *Sim, não há vedação para o concurso público, a pessoa concursada exerce a função pública normalmente, um parente dele que eventualmente pudesse ser nomeado lá não podia ter uma relação de subordinação com relação a ele próprio servidor, o que sequer impedia que a pessoa que tem capacidade para nomeação de servidores para comissão ou cargos de confiança elas possam utilizar desse poder que elas tem para contratar servidores. É claro que uma pessoa que não tem esse tipo de possibilidade de contratação, por exemplo, um juiz de primeiro grau que não tenha possibilidade de nomeação de servidores no sistema legal, ele obviamente pode ter alguns dos seus parentes servidores públicos contratados ou nomeados, não há uma subordinação hierárquica entre eles, não há uma ligação direta nesse tipo de serviço.*

Cristina de Lamônica: *Certo. Nós temos outra pergunta.*

Amanda da Silva Duarte – promotora de vendas: *Eu queria saber qual é a punição pra pessoa que consegue colocar a família dentro do governo?*

Cláudio José Montesso : *se por acaso for comprovada a existência do nepotismo nós vamos ter uma situação muito peculiar, nós vamos poder processar esse administrador público por ato de improbidade e por desobediência ao texto constitucional. Até acho que a consequência pode ser a própria devolução dos vencimentos recebidos irregularmente por essa pessoa ou a indenização ao erário pela nomeação irregular. Eu chamo também a atenção que o culpado na nomeação aqui vai ser sempre aquele que nomeia, e não o servidor que eventualmente aceita a sua nomeação e fica. Nesse caso, se trabalhou, evidentemente, tem que ter a remuneração pelos serviços prestados mas aquele que contratou irregularmente pode ser o condenado eventualmente até a ressarcir os cofres públicos pela contratação irregular.*

Cristina de Lamônica: *Até no nepotismo cruzado...*

Cláudio José Montesso: *Até no nepotismo cruzado.*

Cristina de Lamônica: *Ok, obrigado pela participação.*

As entrevistas, dentro do programa, funcionam como complemento a matérias que merecem destaque dentro da edição, como a que trata do Horário Eleitoral Gratuito, por exemplo. Nesse caso, Luciana Barreto recebe, nos estúdio do Rio de Janeiro, o Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Eduardo Caputo Bastos e questiona:

Luciana Barreto: *A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na tevê realmente bem aproveitada fortalece a democracia, como nós vimos na reportagem?*

Carlos Eduardo: *Olha, eu tenho a impressão de que a propaganda eleitoral gratuita é um grande instrumento em benefício da sociedade. Eu acho que ela favorece à democracia, favorece o acesso dos partidos políticos de uma maneira geral e dos seus candidatos ao acesso da televisão, que é um acesso caro e essa é uma das formas que já se faz financiamento público de campanha.(...)*

Luciana Barreto: *Agora assim, na prática, o senhor acha que o eleitor decide o candidato pela propaganda eleitoral?*

Carlos Eduardo: *Olha, eu acho importante e eu vou te dizer com toda franqueza, eu pessoalmente também gosto de assistir aos programas eleitorais independentemente da função que exerço temporariamente exatamente porque eu acho que é uma oportunidade que nós temos de ver um pouco estas propostas, ouvir, efetivamente, estas mensagens que eles têm para passar e eu acredito que eu também, certamente como muitos, talvez tenhamos exatamente nessas oportunidades a opção de fazer as nossas escolhas pessoais.*

Luciana Barreto: *Nós vimos na reportagem também a possibilidade de usar esse horário para um debate eleitoral. O senhor concorda que seria melhor um debate do que essa propaganda feita dessa maneira como ocorre hoje?*

Carlos Eduardo: *Eu acho que as duas coisas não se excluem, eu acho que elas podem ser somadas e serão sempre em benefício da sociedade de uma maneira geral. Os debates de certa maneira já são permitidos pela Lei eleitoral.*

Luciana Barreto: *Ok. Muito obrigada, Ministro Carlos Eduardo Caputo Bastos.*

Aqui também, o posicionamento do apresentador como alguém que tem questões apenas e nenhuma dúvida a partir do que o entrevistado fala opera no sentido de construir uma suposta imparcialidade. Mesmo quando é realizada no estúdio uma entrevista com representantes de pontos de vista distintos, as perguntas são feitas a um entrevistado de cada vez e cada um responde a seu turno. Mesmo quando a pergunta é endereçada aos dois entrevistados, cada um

responde de acordo com o ponto de vista que defende, mas sem que haja um confronto entre as idéias, sem que eles tenham qualquer tipo de diálogo. Essa estratégia coloca a fonte, o entrevistado, como detentor de um conhecimento absoluto, verdadeiro, ainda que de acordo com um ponto de vista. E o telejornal, que media a relação entre entrevistado e público numa perspectiva didática. Nesse sentido, a existência de um quadro intitulado “Repórter Brasil Explica” é emblemática. Nas edições analisadas, o quadro apareceu três vezes – para explicar a origem do nepotismo na edição de 21 de agosto, em 26 do mesmo mês para explicar o que é anencefalia e em 02 de setembro para explicar onde fica a camada pré-sal. O quadro faz uso de infográficos (como se distribuem as camadas de sal, por exemplo), recorre a especialistas, faz resumos históricos para “explicar” essas questões. Por duas vezes, o tema do quadro foi também motivo para entrevistas em estúdio.

A fala do cidadão fica restrita a espaços bem demarcados dentro do noticiário. Nas enquetes realizadas pelo programa e exibidas ao final de cada bloco, por exemplo. O anúncio na escalada é incisivo:

OFF: Começa amanhã no rádio e na televisão, o Horário Eleitoral Gratuito. O Repórter Brasil quer saber: Você define o seu voto pelos programas eleitorais?

O Repórter Brasil quer saber e o cidadão comum responde. Na enquete, é este quem fala, emite opinião, diz o que pensa ser certo ou errado, mas, exceto o fato de referirem-se ao “tema do dia”, as enquetes não fazem parte do programa organicamente, não são comentadas, nem dão origem a qualquer tipo de discussão. A função que exercem é muito mais de reconhecimento do cidadão, que se vê na tela, do que de tribuna³², embora a maior parte dos temas em questão sejam de influência direta na vida da população. Entre os dias 12 e 16 de agosto, por exemplo, as enquetes apresentadas foram:

12/08. O que você considera na hora de escolher seu candidato?

13/08. Por que você acha que tem tanto advogado no Brasil?

14/08. Você confia no medicamento genérico tanto quanto no remédio de marca?

15/08. Você sabe onde fica a camada pré-sal?

16/08. 1914 – 2008 (em referência à morte de Dorival Caymmi)

³² Desde a antiguidade, a Tribuna, ou púlpito, é o lugar elevado de onde falam os oradores.

Embora o usual seja que o povo responda a perguntas propostas pelo programa nas enquetes, o quadro pode ser usado com outros objetivos. Na edição de 16 de agosto, por exemplo, populares cantavam trechos de músicas do compositor baiano Dorival Caymmi, ou o saudavam com palavras de despedida. A legenda do quadro, que geralmente traz a pergunta em questão, trazia dessa vez os anos de nascimento e morte do compositor (1914 – 2008). O músico, falecido na manhã do mesmo dia, foi um dos grandes representantes da música popular brasileira dentro e fora do país. É de sua autoria a música “O que é que a Baiana tem”, sucesso na voz de Carmem Miranda, maior ícone da música brasileira no exterior entre as décadas de 30 e 50. Durante a transmissão do telejornal, o repórter Paulo Garritano faz entrada ao vivo do velório do músico, onde entrevista sua filha, a também cantora Nana Caymmi. O destaque do tema, aqui, se justifica pela importância da obra de Caymmi para o desenvolvimento e difusão da música e cultura brasileiras. Assim, as perguntas se referem ao legado de Caymmi para a cultura, os filhos e o povo brasileiro:

Dorival sempre fez questão de deixar claro que a Bahia sempre foi a grande fonte de inspiração pra ele, não é isso? (...) O que ele deixa, a principal herança para os filhos? Nesse momento de despedida, que música você escolheria para homenagear o pai e o grande mestre?

Nesse sentido as mortes de Waldick Soriano, Fernando Torres e Mestre Salu também são noticiadas. Os dois primeiros, mais conhecidos do grande público morreram no mesmo dia, 04 de novembro. O terceiro morreu no dia 31 de agosto e teve sua morte anunciada na edição de primeiro de setembro,

CABEÇA (Florestan Fernandes): e saindo do pop para o sertão. O maracatu rural perde um dos seus maiores mestres. Foi enterrado hoje em Paulista, Pernambuco, o músico Manuel Salustiano.

OFF: O mestre Salu morreu ontem aos 62 anos de arritmia cardíaca, provocada pela doença de chagas. Criador de um dos grupos mais premiados de maracatu rural de Pernambuco, Salu foi responsável por divulgar em Recife e até em outros países, a cultura popular da zona da Mata do estado. Além do maracatu rural também mostrou a ciranda, o coco, o caboclinho e influenciou o movimento mangue beat e cantores como Chico Science. Recebeu prêmios e gravou quatro discos. Além dos instrumentos musicais, mestre Salu também fazia bonecos do bumba meu boi, máscaras do cavalo marinho e os mamulengos de mulungu.

SONORA de arquivo de Mestre Salu: *a música tem que ser universal, ela tem que permitir passar, andar, rolar o mundo com ela e ela vai, com certeza, só vai dar beleza aos que assistem.*

As quatro notícias, sobre Caymmi, Waldick Soriano, Fernando Torres e Mestre Salu, se justificam por sua ligação com a cultura brasileira. No caso de Mestre Salu, artista regional, a última fala na reportagem, que é sua, faz o papel de universalizar a música e, portanto, ele próprio.

Há uma tendência no Repórter Brasil, inegavelmente uma herança da tradição das tevês educativas, de pensar a arte como instrumento pedagógico com potencial transformador do ser humano. Assim, o enquadramento dado à Bienal do Livro de São Paulo é o da importância da formação de uma nação de leitores e do incentivo à leitura infantil. A arte é vista também como transformadora da realidade social como na exposição de fotografias de parentes de vítimas da violência nas fachadas das casas de uma favela no Rio. É interessante notar que matérias sobre arte e cultura têm pouco espaço no telejornal além de serem sempre veiculadas nos últimos blocos. Não há um enfoque na diversidade cultural do Brasil, embora ela apareça timidamente ligada a outros temas. Na edição do dia 23 de agosto, uma matéria sobre a Lei que torna o ensino de música obrigatório no ensino básico do país entrevista o músico popular Zé do Pífano que dá a sua opinião sobre o tema, mas o enfoque primordial em nenhum momento privilegia a diversidade musical do país, mas dá ênfase ao poder da música como instrumento que leva o aluno a ter mais concentração, por exemplo.

A cobertura de eventos artísticos nacionais é também uma herança das televisões educativas. Durante o período analisado, o Festival de Cinema de Gramado ganha cobertura especial, com entrada ao vivo da repórter Glauce Tolomei entrevistando cineastas e críticos do Palácio dos Festivais e matérias sobre os filmes de baixo-orçamento, sobre os concorrentes aos prêmios, etc. Sem dúvidas, o espaço dado pelo Repórter Brasil ao evento é maior que aquele dado por qualquer emissora comercial do país, contudo, embora o texto em OFF da matéria que encerra a cobertura dê destaque ao público, mais uma vez, a voz privilegiada é a do especialista:

CABEÇA (Cláudia Ramos): *o 36º Festival de Cinema de Gramado vai chegando ao fim e amanhã você vai acompanhar ao vivo aqui na TV Brasil, a entrega dos Kikitos.*

OFF: *Essa semana Gramado é a capital latino americana do cinema e nesse enredo todo mundo tem papel principal, atores, diretores, produtores, críticos e é claro, o público. Foram*

horas de exibições, debates, entrevistas, algumas premiações e muita expectativa sobre quem vai levar o Kikito amanhã. Seis filmes concorrem na categoria de melhor longa metragem nacional. O crítico de cinema Luiz Carlos Merten diz o que ele espera.

SONORA: Eu espero ser surpreendido. Surpreendido favoravelmente. Neto e o domador de cavalos, esse projeto do historiador Tabajara Ruas de revisar a história do RS construindo mitos e os mitos que ele constrói remetem a cineastas que eu admiro muitíssimo como John Ford e Luchino Visconti. A festa da menina morta é forte, forte mesmo né? Ele deve ter nascido de alguma necessidade visceral do Matheus Nachtergaele de cuspir tudo aquilo, ele é um filme realmente forte. Nome próprio que tem uma riqueza muito grande na investigação desse universo dos jovens, né? No tratar do desamparo feminino, de relações afetivas, daria o de melhor atriz pra Leandra Leal; Juventude foi o filme mais aplaudido desse festival, o que o público pelo visto mais gostou, e eu acho que os três, são encantadores.

O filme que o público mais gostou não é apontado por ele próprio, mas pelo crítico, pelo especialista. Embora o telejornal chegue a citar os filmes de baixo-orçamento que fazem parte do Festival, a desigualdade de acesso aos meios de produção no cinema – que embora seja cada vez mais acessível através das novas tecnologias de produção continua sendo uma “arte cara” – ou as formas de democratização desse acesso não é uma questão para ele.

A organização das editorias dentro do Repórter Brasil é bem definida: o primeiro bloco é geralmente composto por notícias de economia, o segundo traz as novidades da política nacional e internacional, no terceiro e quarto blocos notícias de segurança, arte, educação, esporte. Matérias de destaque, contudo, podem ganhar espaço no primeiro bloco, como a posse de Fernando Lugo, Presidente do Paraguai, em 14 de agosto.

No período analisado, essa organização foi quebrada também para que as notícias sobre as Olimpíadas da China se distribuíssem pelos quatro blocos, com entradas diretas de Lincoln Macário, que também apresentou o jornal direto de Pequim, ampliando o número de apresentadores nesse período para quatro.

As matérias de economia, como as de política, privilegiam o enfoque na vida do cidadão comum – o resultado da inflação na compra do mês, a educação financeira nas escolas, o perfil das mulheres como consumidoras – apesar de ganhar menos, elas gastam mais. Na edição de três de setembro, o assunto era o endividamento dos paulistanos.

CABEÇA (Florestan Fernandes): *Mais da metade dos paulistanos está endividada, revela pesquisa da associação comercial. A facilidade de pegar dinheiro a prazo acaba complicando a vida de quem não sabe administrar direito suas contas.*

OFF: *Cartões de crédito, de lojas, boletos, contas de telefone, luz, é tanta dívida que Adenilda já não quer nem mais saber quanto está devendo. Tudo começou quando o marido ficou desempregado e complicou agora quando ela também perdeu o emprego.*

SONORA (Zenilda Bispo da Cruz, Auxiliar de enfermagem): *Foi virando uma bola de neve e hoje em dia eu nem sei mais quanto eu to devendo, na verdade, mas acho que em torno de 18, 19 mil reais.*

OFF: *Mesmo quem tem emprego e uma boa renda acaba se atrapalhando com as contas.*

SONORA (Carlos Alberto Ercoli, Executivo de Finanças – ANEFAC) *O cidadão médio não consegue relacionar a taxa de juros cobrada. O raciocínio que ele faz é errado: Ah, eu ganho 3 mil reais ou 2 mil reais, 100 reais é o que vai custar por mês isso, eu posso pagar. Mas ele não sabe se os 100 reais ta custando 2,3, 4 % ao mês, o que é um grande risco.*

PASSAGEM (José Donizete, São Paulo): *Nunca foi tão fácil comprar à crédito, conseguir empréstimo ou financiamento. As ofertas são feitas até mesmo aqui, no meio da rua, por isso é preciso ter muito cuidado e pensar bem antes de contrair dívidas que mais tarde poderão se transformar em uma grande dor de cabeça.*

OFF: *Quem não se controla e não se preocupa com as taxas de juros, acaba no cadastro de inadimplentes, como essas pessoas, que estão tentando limpar o nome no serviço de proteção ao crédito da associação comercial de SP.*

SONORAS (sem identificação): *Agora a gente tem que acertar, né, o déficit. Ter crédito, que tem que ter o nome limpo pra poder você comprar as coisas, ter crédito na praça.*

OFF: *Uma pesquisa encomendada pela a Associação Comercial de São Paulo sobre hábitos de consumo do paulistano revelou que cerca de 52% estão endividados. Uma outra tendência também aparece com força, o cartões de crédito já supera o carnê, no parcelamento das compras a prazo.*

SONORA (não identificada): *Dá pra parcelar, até 12 vezes sem juros e no carnê, não, no carnê você paga os juros.*

E outra vez, o público recebe uma instrução do especialista, precisa prestar atenção nos juros, precisa se preocupar. A sua fala é meramente ilustrativa da situação exemplar.

Na cobertura internacional, o grande destaque fica para a inclusão de notícias sobre lugares pouco vistos nos telejornais nacionais das redes comerciais, como América Latina ou África. No Repórter Brasil as notícias sobre Colômbia, Paraguai, Venezuela, Bolívia e os outros países vizinhos têm lugar garantido no noticiário do dia-a-dia. Em 05 de setembro, a emissora levou ao ar a primeira participação do correspondente Carlos Alberto Júnior, direto de Angola. Luciana Barreto, a única apresentadora negra do programa, é enquadrada em plano geral seguido de *zoom-in*³³ e, em tom solene, anuncia:

O Repórter Brasil de hoje apresenta o primeiro correspondente da tevê brasileira na África. Carlos Alberto Júnior vai mostrar, a partir de Angola, como é este continente que desperta para o crescimento econômico e onde estão parte das nossas raízes culturais e raciais. E estréia em um dia muito importante para os angolanos – dia da primeira eleição depois de dezesseis anos. A última provocou o reinício da guerra civil.

À apresentação da repórter se segue a primeira matéria produzida pelo correspondente sobre as eleições no país e o sentimento do povo por poder votar outra vez. A construção retórica do lugar da África na nossa cultura é forte e muito simbólica. O Repórter Brasil assume o compromisso de mostrar ao Brasil, como é o lugar de onde muito do que somos veio. Contudo, a presença deste e de qualquer outro país no noticiário é sempre por um enquadramento institucional, seja de relações diplomáticas e econômicas, seja por causa de conflitos no país. O cotidiano das pessoas não é tema de matérias internacionais. “Os laços” que guardamos com a África se resumem à presença de brasileiros como voluntários nas eleições de Angola; Bolívia a Brasil tem interesses comuns em relação a fronteiras e gás, especialmente quando o país chefiado por Evo Morales passa por uma crise de autonomia. Nesse contexto, o preço de um almoço com algum dos presidentes da América Latina em Nova York por ocasião de uma reunião do Conselho das Américas passa a ser mais importante do que o que a pauta da reunião ou o que vai ser feito com a renda desse evento. A política além de institucionalizada, é personalista, centrada na figura do presidente Lula. A nota indica apenas que empresários terão a possibilidade do encontro:

Luciana: (nota) *Almoçar com o Presidente Lula é mais caro do que comer ao lado da presidente da Argentina, Cristina Kirchner . Os presidentes latino-americanos participam no próximo dia 25 de uma reunião do Conselho das Américas em NY. Uma 'serie de banquetes*

³³ Aproximação da câmara.

está sendo organizada para que eles se encontrem com empresários. Almoçar com o Lula vai custar de 400 a 550 dólares, para comer com Cristina ou o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, é preciso pagar de 250 a 400 dólares. O mais barato é o almoço com o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, custa de 150 a 250 dólares.

A mesma institucionalização acontece com as questões das minorias. Durante o período analisado, a união estável entre casais homossexuais, a demarcação de terras indígenas e as prostitutas foram pauta do Repórter Brasil, mas somente as prostitutas não foram atreladas a uma questão em debate no Congresso, em Brasília. De fato, a rap reportagem de Fábio Féter extrapola o enquadramento habitual dado pelo telejornal às questões da cidadania, como discutiremos um pouco mais adiante. Na edição de 02 de setembro, o Supremo Tribunal Federal discutia se processos de união estável entre homossexuais poderia ser julgado em varas de família e o Repórter Brasil apresentou matéria sobre o tema:

CABEÇA (Lincoln Macário): Casos de reconhecimento de união homossexual estável podem ser julgados pelas varas de família, esse é o entendimento do STJ. Com isso, um caso desse tipo vai ser julgado pela justiça do Rio de Janeiro.

OFF: Os ministros do STJ admitiram a possibilidade de reconhecer a união estável entre casais gays, isso porque na Lei brasileira não há nenhuma proibição de que pessoas do mesmo sexo possam se casar. Essa foi a primeira vez que o caso foi analisado sob a ótica do direito de família e não patrimonial, mas a decisão de legalizar ou não a situação do casal vai ficar na mão do juiz da primeira instância, para onde o processo volta agora.

PASSAGEM (Carina Dourado, Brasília): O caso veio parar aqui no STJ depois que um juiz se recusou a analisar o pedido de união estável de um casal que já vive junto há 20 anos.

OFF: Para este sociólogo, a decisão do superior tribunal de justiça não alterou o tratamento dado aos casais homossexuais.

SONORA (Antônio Flávio Testa, sociólogo): Essa situação não foi tão benéfica, eu acho que a situação ficou indecisa, e eles vão continuar sofrendo um pouco de preconceito, dificuldades, mas não quer dizer que eles não tenham espaços para negociar os seus direitos.

OFF: A expectativa cresce a cada julgamento deste tipo para José, que mora com o companheiro há cinco anos. Como não tem direitos de um casal, eles tomam as devidas precauções, o apartamento, os carros, tudo é registrado no nome dos dois, um cuidado que não seria necessário se algum dos poderes se manifestasse a favor dos homossexuais.

SONORA (José Pennafort Neto, cientista político): *De tempos em tempos, a gente tem um avanço, não tem ainda o avanço definitivo, que eu acho que, por exemplo, não necessitaria um juiz julgar essa questão, deveria já estar na Lei.*

É, sem dúvida, significativo que as minorias nem sempre representadas nas emissoras comerciais, que geralmente acabam optando por manter temas polêmicos e de difícil aceitação por parte da audiência no âmbito da ficção, ganhem algum espaço no noticiário da TV Brasil. Mas é essencial que se amplie o debate a respeito delas, que as questões apresentadas sejam anteriores ao que já está decidido e, de certa forma, se estabelecendo. No caso da cobertura do julgamento da demarcação das terras da Reserva Raposa Serra do Sol, em nenhum momento o telejornal promove o debate sobre a questão indígena de forma mais aprofundada, mas apenas no âmbito do que está na pauta do Congresso e, portanto, na pauta das emissoras comerciais também, até porque esta foi uma questão grande que envolvia diversos interesses, especialmente econômicos.

4.1 Quando a EBC é notícia

No final da primeira edição considerada nesta análise (doze de agosto), o Repórter Brasil anuncia o resultado do relatório produzido pela comissão corregedora que analisou a denúncia de Luiz Lobo, de que haveria ingerência do governo na TV Brasil. Através de uma nota coberta, o parecer é anunciado:

CABEÇA: (Cristina de Lamônica) O conselho curador da Empresa Brasil de Comunicação, gestora da TV Brasil reuniu-se hoje em Brasília e aprovou, por unanimidade, o jornalismo exibido no Repórter Brasil.

OFF: (Com imagens da reunião do Conselho) O conselho curador da EBC é uma entidade independente, composta por representantes dos mais variados estratos da sociedade e de todas as regiões do país. Foi examinada uma denúncia feita por um ex-funcionário de que o jornalismo da TV Brasil seria manipulado em favor do governo. A acusação foi considerada sem fundamento. Uma comissão avaliou o conteúdo de vinte edições do Repórter Brasil exibidas entre março e abril deste ano. O relatório elogia o equilíbrio adotado na apresentação dos assuntos e diz que o telejornal Repórter Brasil é tecnicamente correto e

jornalisticamente isento.

O jornal é o palco da prestação de contas, reivindica credibilidade e dá a “prova” de que a merece. Pelo compromisso da emissora pública com o cidadão, ele deve apresentar justificativas para suas posturas e decisões, sejam editoriais, sejam administrativas. A nota serve para mostrar o trabalho do conselho curador, apresentar ao público o funcionamento do sistema de controle que ele exerce sobre a emissora e dar garantias ao público de que ele pode confiar no jornalismo exibido ali.

Mas de fato, a nota não explica como o relatório foi feito, não fala sequer quem são os membros do Conselho Curador que, se depender desta nota, continua sendo estranho ao público. Se a função do Conselho é representar a sociedade, ainda que não tenha sido eleito por ela, é necessário que haja uma identificação de um com o outro, mas o Conselho Curador acaba sendo apresentado como mais externo à vida das pessoas que a própria política institucional, é tão ou mais institucionalizado quanto ela pelo jornal.

A tentativa de construção da imparcialidade da nota é toda baseada no que o Conselho apresentou como parecer e na sua credibilidade, mas isso não é construído na matéria, é dado como certo. Nenhum instrumento de interatividade é convocado, nenhuma fala vem do público, ainda que pela voz de um representante do Conselho.

A “prestação de contas” que a TV Brasil faz ao seu público em nada difere do que faz qualquer emissora comercial. A denúncia que motivou a investigação sequer é citada; quem a fez, quem foi diretamente atingido por ela ou quem julgou a questão não aparecem na construção da notícia. O compromisso com o interesse público é prejudicado pela falta de transparência.

4.2 Olimpíadas na China

Durante o período de análise, a equipe do repórter Brasil noticiou as Olimpíadas da China e o desempenho dos atletas brasileiros na competição. Com entradas ao vivo, de Pequim, Lincoln Macário ancorava a apresentação do telejornal também da cidade chinesa. A cobertura esportiva foi feita nos moldes tradicionais do telejornalismo brasileiro – notas cobertas

anunciando resultados do dia, apresentação de quadros de medalhas e próximas competições, matérias sobre preparação e treinamento dos atletas ou sobre vitórias e derrotas dos brasileiros. Durante o nosso período de análise, é justamente na cobertura das Olimpíadas que se desenvolve melhor um discurso sobre o nacional. Na edição de 25 de agosto, a velejadora Isabel Swan é um exemplo de superação:

Isabel Swan. “Luciana: superação é uma palavra-chave para o atleta brasileiro. Porque ele passo por muitos problemas, né? Que tipo de problemas? Patrocínio a gente viu, incentivo ao esporte, que mais?”

O resultado final das competições suscita um debate sobre o investimento do país no Esporte e boa parte das matérias são construídas no sentido de justificar o investimento – são apresentados números de investimento nos últimos anos, falas de Lula, do Ministro dos Esportes, de ex-atletas. Tudo isso acontece depois de uma psicóloga ser convidada para responder porque às vezes colhemos decepções ao invés de vitórias. O Repórter Brasil recorre aos laços de identificação cultural entre torcedores e atletas para tratar da questão – embora Florestan Fernandes anuncie a entrevista dizendo que isso é a “Síndrome de Vira Lata” definida por Nelson Rodrigues, o psicóloga desmente tal informação, dizendo que o brasileiro hoje é muito confiante em si. Os traços culturais são importantes também na construção da série Lá e Cá, que explora semelhanças e diferenças entre Brasil e China. Na edição de 13 de agosto, a matéria da série fala da culinária nos dois países.

CABEÇA (Cristina de Lamônica): por mais exóticas que possam parecer as comidas da china, a base é quase a mesma do Brasil, o arroz. Para saber quais são as outras semelhanças e diferenças no cardápio a repórter Fernanda Isidoro foi a um supermercado aqui em Brasília e o repórter Lincoln Macário em outro, lá em Pequim.

OFF (Lincoln Macário): Para tentar matar a saudade da comidinha caseira e saber se é possível montar uma clássica cesta básica brasileira, só indo às compras.

PASSAGEM (Lincoln Macário): Supermercado de uma grande rede internacional, carinho e lista de produtos, por enquanto, tudo como se estivéssemos no Brasil. Vamos ver que surprestar nos aguardam após um passeio entre prateleiras e gôndolas.

OFF (Lincoln Macário): encontrar arroz é bem fácil. Há muita variedade e pacotes de ate 10 kg. Exagero também no óleo, , o mais popular é o galão de 5 litros. Mas e no Brasil, é fácil achar produtos para os pratos típicos chineses?

OFF (Fernanda Isidoro): *ingredientes para frango xadrez e arroz primavera são fáceis de achar, a maneira de temperar é que faz a diferença.*

PASSAGEM (Fernanda Isidoro): *Os temperos são fundamentais na culinária chinesa, o alho é muito usado assim como o molho de gergelim e também o molho de soja. Mas uma coisa que não pode faltar de jeito nenhum é a pimenta, a mais usada é uma chamada Hu Jiao , mas essa não é tão fácil assim de encontrar aqui no Brasil.*

OFF (Lincoln): *Na China, produtos comuns no Brasil também tem lugar certo – farinha de trigo, leite, ovos, sal e açúcar em pacotes bem menores, pois eles consomem menos. Mas cadê o queridinho do brasileiro?*

PASSAGEM (Lincoln): *Num supermercado enorme, esse é o único lugar dedicado ao feijão que ainda tem que disputar com soja, arroz e amendoim e não há nenhum daqueles que conhecemos como carioquinha, de corda ou feijão preto, o motivo é que eles só usam o feijão para fazer doces. Mas pra matar a saudade esse daqui vai ter que servir.*

PASSAGEM (Lincoln) – *o item principal da mesa chinesa é, sem dúvida, o arroz. E se lá o feijão é dispensável no dia a dia, o macarrão não, ele é o segundo item obrigatório no carrinho de supermercado, principal esse daqui, feito de quê, de arroz.*

OFF (Fernanda Isidoro): *os brotos, muito consumidos lá na China também estão nas nossas prateleiras. Mas não fazem o mesmo sucesso.*

SONORA (popular não identificado): *pra mim é comida de passarinho isso daí.*

OFF (Lincoln): *Para completar a nossa cesta só falta a carne. A preferência dos chineses é pela carne de porco ou peixes e crustáceos comprados vivos, mas que tal carne de boi, de primeira, e frango. Seguimos para a fila do caixa que é igualzinha à do Brasil.*

PASSAGEM (Lincoln): *total da nossa compra 364 iuan, ou 91 reais, incluindo as sacolinhas, que aqui na China são pagas, custam 5 centavos de real. E aí no Brasil Fernanda Isidoro, quanto essa compra custaria?*

OFF (Fernanda): *Aqui o seu carrinho sai um pouco mais caro, 99 reais. Mas eu ainda não acabei a minha compra, não, quero ver o que mais encontro típico da China por aqui. Não é tão fácil se comparado a outros países – do México, tortilhas e chile, da Inglaterra chás, geléias da França. Mas longe das prateleiras dos alimentos: bermudas produzidas na china, jogo de panelas, mala, e até o brasileiríssimo conjunto para churrasco vem de lá, do outro lado do mundo.*

OFF (Lincoln): *Bom, se a minha cesta básica saiu mais barata, vamos aproveitar o troco para comprar algo diferente – que tal batata frita com sabor de pepino, ou de manga ? carne seca embalada como se fosse bombom? E o tira gosto predileto dos chineses, pé de galinha*

defumado. Tem ainda bicho da seda, ovos cozidos no chá com tempero. Entre os vegetais, uma berinjela redonda, a fruta do dragão e um parente da jaca, que enganou esse brasileiro SONORA (popular não identificado com a camisa do Brasil) : quando cheguei aqui olhei, falei opa, matei a minha vontade de comer jaca. A jaca você sabe, você identifica ela quando “tá” madura é batendo com o dedo, que ela tem aquela pancada bem fofa, aí eu cheguei, quando bati com o dedo, o espinho dela é bem duro, estragou meu dedo.

A matéria é guiada pela curiosidade. Já na cabeça, a culinária chinesa é apresentada como exótica e a fala dos repórteres e dos populares reforça a visão do outro como alguém estranho – vamos aproveitar o troco para comprar algo diferente, isso pra mim é comida de passarinho. Os produtos da China são citados por Fernanda Isidoro, mas em nenhum momento o estereótipo da China como um lugar longínquo e estranho é desconstruído, não se fala da cultura do povo como algo cotidiano, construído, assim como a nossa.

Com o fim das Olimpíadas, Lincoln volta para o Brasil, mas o telejornal mantém uma equipe com repórteres na cidade e manda mais três repórteres para acompanhar as paraolimpíadas. No estúdio de Brasília a atleta e jornalista Carla Maia, cadeirante, é incorporada à equipe do programa para apresentar as notícias paraolímpicas. Infelizmente não poderemos aqui fazer uma análise mais aprofundada desta questão, visto que as Paraolimpíadas começaram na última edição do corpus desta análise. De todo modo, o que observamos nas edições anteriores ao início dos jogos paraolímpicos e na edição de seis de setembro foi uma cobertura semelhante à dos Jogos Olímpicos, com matérias sobre a preparação e as expectativas dos atletas antes do início dos jogos e, a partir do dia seis, com entradas ao vivo de Pequim da repórter Gilslene Nogueira, notas com resumos dos resultados, matérias sobre o desempenho das equipes, quadro de competições e de medalhas. Contudo, ao menos na edição analisada, a entrada das notícias da Paraolimpíada já não acontecia em todos os blocos, mas concentrada no primeiro.

4.3 Outro Olhar

A promessa da TV Brasil de abrir maior espaço para a participação do cidadão na sua programação e a obrigação, registrada em Lei, de estimular e exibir produção independente no

horário noturno estão na origem do quadro *Outro Olhar*³⁴, exibido no *Repórter Brasil*, sem regularidade definida³⁵. O quadro é uma experiência de jornalismo participativo³⁶ na tevê, e exhibe vídeos produzidos pela população e selecionados pela equipe do jornal:

O OUTRO OLHAR é o espaço da sociedade no telejornal *Repórter Brasil*. Se você produz conteúdo informativo, como reportagens, entrevistas ou imagens que mostrem a sua realidade, faça contato com nossa produção e envie seu vídeo. Mostre as histórias da sua redondeza, os assuntos que mexem com a sua vida. Participe da TV Brasil com a sua visão dos fatos sobre os mais variados temas. Por exemplo: uma reportagem sobre o desemprego na sua cidade, sobre a educação na escola do seu filho ou uma imagem sobre a saúde no posto de seu bairro. (EBC, 2007)

O jornalismo participativo encontra sua maior expressão com o advento das mídias digitais, que tendem a descentralizar o pólo emissor. Como afirmam Fonseca e Lindemann (2007,p.87) “a idéia de participação é, justamente, descentralizar a emissão, oportunizando que mais vozes tenham vez no espaço público”. A facilidade de acesso da população a telefones celulares com câmeras digitais ou mesmo o barateamento de filmadoras e a popularização de programas de edição caseiros, como o *Windows Movie Maker*³⁷, possibilitam que também a TV abra espaço para a participação do cidadão no telejornal. O jornalismo participativo pode ser uma manifestação de insatisfação com as mídias tradicionais, ou uma expressão da vontade do cidadão de ser ver como notícia. Falando sobre jornalismo participativo na internet, Fonseca e Lindemann chamam a atenção para o papel do repórter nesses casos:

Por mais que haja jornalistas atuando como moderadores (o que ocorre em alguns casos, como no *Ohmynews*, *vc repórter* e *FotoRepórter*), o trabalho é limitado à revisão e edição do material que lhes é enviado, deixando de lado as tarefas corriqueiras que envolvem cultura profissional e enriquecem a produção jornalística. Além disso, pode-se questionar: onde fica a relevância de critérios como interesse público, veracidade, objetividade, clareza, exatidão, linguagem adequada? Tem-se uma situação em que todos esses pressupostos parecem diluir-se de tal forma que o jornalismo torna-se, pelo menos numa análise preliminar, simplista, superficial, pouco sério. (Fonseca; Lindemann, 2007 p. 6)

Ao contrário do espaço destinado ao cidadão nas enquetes propostas pelo *Repórter Brasil*,

³⁴ É possível assistir aos vídeos produzidos para este quadro no site do telejornal : <<http://www.ebc.tv.br/reporterbrasil/>>

³⁵ No período que corresponde ao corpus deste trabalho, o *Outro Olhar* foi ao ar apenas duas vezes, a primeira em uma sexta-feira e depois, na segunda-feira seguinte, dias quinze e dezoito de agosto respectivamente.

³⁶ O jornalismo participativo – também conhecido como jornalismo cidadão, jornalismo colaborativo ou jornalismo *open source* – é uma idéia de jornalismo na qual o conteúdo (texto+ imagem + som + vídeo) é produzido por cidadãos sem formação jornalística, em colaboração com jornalistas profissionais.

³⁷ *Windows Movie Maker* – software de edição de vídeo bastante simples criado pela Microsoft para integrar alguns pacotes do sistema operacional Microsoft Windows.

nesse quadro, ao menos retoricamente, o povo ocupa o lugar máximo de protagonismo do discurso – o Outro Olhar é a visão do homem comum, sobre o mundo que o cerca, os problemas que o afligem. O jornalista vira espectador do cidadão. Na edição de 18 de agosto, Cristiana de Lamônica anuncia o vídeo da ONG Rede Rua:

O outro olhar de hoje vai lembrar a morte de moradores de rua no centro de São Paulo, há quatro anos, e que até hoje, os culpados não foram punidos. Amanhã, uma manifestação vai lembrar as vítimas. A produção das imagens é da ONG Rede Rua.

Após o anúncio, a apresentadora se posiciona em frente à tela em posição de apreciação, como telespectadora e assiste ao vídeo.

OFF: Protagonistas de uma vida que ninguém vê, os moradores de rua são mais de trinta mil pessoas no país. Viadutos, parques, prédios abandonados e lixões funcionam de abrigo para essa população marginalizada que sonha em morar com dignidade.

SONORA: (Robson Mendonça – Movimento Nacional do povo da rua) Nós queremos é respeito e dignidade da comunidade. Morador de rua não está dormindo na rua não é porque ele quer.

OFF: Amanhã acontece em São Paulo, o ato pela vida, uma manifestação de grupos sociais contra a chacina ocorrida em agosto de 2004, quando moradores de rua foram atacados na Praça da Sé. Sete deles morreram e oito ficaram feridos.

SONORA: (Luiz Kohaka – Grupo Gaspar Gracia –SP) A população de rua não é sujeira. Então, a população de rua deveria ser tratada através de projetos sociais, através de atendimentos sociais.

SONORA: (Rogério Souza – morador de rua) Porque nós somos seres humanos não somos lixo e temos direito ao respeito e temos direito à liberdade.

OFF: Além da violência, o frio e a fome são problemas que enfrentam. O jornal de ontem é o cobertor de hoje em lares de papelão.

O Repórter Brasil aceita produções em formato digital, inclusive de celulares e máquinas fotográficas digitais, mas alerta que pode exibir ou não, em seus telejornais, o material recebido. É aqui que entra o papel do jornalista – de produtor da informação, ele assume o papel de selecionador de material produzido:

uma equipe fará a análise e seleção do material recebido, que poderá ser utilizado, ou não, nos telejornais. Vamos avaliar se a reportagem dá voz a todos os lados envolvidos, se precisa de auxílio da redação da TV Brasil para ouvir alguma parte, se o texto é de fácil compreensão para todos os telespectadores. (EBC, 2007)

Embora reduzida, a função do jornalista acaba se tornando fundamental. Os valores profissionais são chamados a campo para regular o trabalho do cidadão comum, que é construído como o outro já no título do quadro. Além disso, a exibição dos vídeos produzidos por não-jornalistas é sempre indicada por um selo no canto superior direito do vídeo que traz a marca do quadro, o seu título.

Na edição de 15 de agosto, Carlos Latuff é o produtor de uma entrevista com o astrônomo Ronaldo Mourão, um dos fundadores do Museu de Astronomia do Rio, sobre eclipses solares e lunares. O vídeo começa com uma imagem feita de si mesmo pelo *videomaker*³⁸ – o ângulo é ruim, a distância da câmara do seu rosto também, mas esse é o enquadramento escolhido para que ele apresente o entrevistado. Não há um formato padrão para apresentação dos vídeos ou mesmo legendas de créditos.

O selo no canto do vídeo, que identifica o quadro, indica que embora esteja no meio da edição do telejornal, ele não se mistura com ela.

Esse quadro, que não é de responsabilidade exclusiva da TV Brasil, acaba sendo o espaço de maior experimentação dentro do telejornal, seja na linguagem do telejornalismo, no uso de recursos tecnológicos ou na construção estética. Há, por exemplo, um uso mais livre da música como trilha de reportagens, o que rendeu à emissora, inclusive, o seu primeiro prêmio jornalístico – o Prêmio Caixa de Jornalismo Social, pela rap reportagem “Favela Toma Conta” produzida de Fábio Féter, exibida no Outro Olhar. A experiência foi interessante a ponto de a diretora de jornalismo da EBC, Helena Chagas, declarar que deveria ser ampliada: “Já estamos procurando um repentinista em outra cidade para esse espaço do Repórter Brasil.”³⁹

E de fato, a rap reportagem ganhou espaço no telejornal. Na edição de 26 de agosto, o “rap repórter” Fábio Féter produziu rap reportagem sobre um desfile da Daspu em São Paulo. O texto ritmado e cantado só é cortado por sonoras, especialmente da prostituta Jeane Eloy,

³⁸ Videomaker significa, na tradução literal do inglês, fazedor de vídeo. Na prática o termo designa o profissional que se dedica à atividade criativa usando o vídeo.

³⁹ TV Brasil ganha primeiro prêmio de jornalismo com rap-reportagem. Disponível em <http://www.tvbrasil.org.br/saladeimprensa/release_064.asp>. Acesso em 04 de novembro de 2008.

CABEÇA (Florestan Fernandes): *Um desfile de moda que dá o que falar, é o Daspu feito por prostitutas de SP. Além de apresentar as novas coleções o desfile desse ano quer trazer para debate a proposta de regulamentar a profissão. O rapper repórter Fábio Féter acompanhou:*

RAP em OFF: *Sem vergonha, sem vergonha de ser,*

SONORA (Jeane Eloy): *Nós passamos, nós cozinhamos, levamos uma vida normal*

RAP em OFF: *Querem mais cidadania pra categoria/ A hipocrisia a cara da brasilidade, preconceito é o câncer da nossa sociedade / Noite linda, que lindo casal, namorando (imagem de um casal maduro) mas perai, perai, o quê, que ta pegando?*

SONORA (Performancer usando óculos com lentes em formato de estrelas): *Oi, tudo bem?*

RAP em OFF: *Ainda não tá legal aglomeração, olhos atentos no espaço teatral, estrelas no céu, não, estrelas na sua visão, muito prazer esse é parceiro de profissão / Por quê, aquele cara ta dançando, por quê luz, porque as pessoas tão esperando, chega de conversa, chega de discurso, o espetáculo vai começar / Vamos aplaudir, desfilou, mais uma prostituta do Brasil.*

SONORA (Jeane Eloy, prostituta): *Na prostituição eu sempre usei preservativo, o que me deixou mais triste foi pegar um HIV do meu esposo em casa. Foi mais por curiosidade que por necessidade financeira como as pessoas falam que toda prostituta vai pras ruas porque não tem opção de trabalho, eu tinha opção, tinha uma vida boa.*

RAP em OFF: *Pra tentar quebrar esse tabu, se liga aí Gabriela Leite, da Daspu.*

OFF (Gabriela Leite): *A Daspu passou a ter dois lados, um é esse da sustentabilidade e o outro é de dar visibilidade da prostituta.*

RAP em OFF (imagem de prostituta desfilando com espada na mão): *Pelos poderes de GreisCow elas buscam regulamentação, sexo é profissão.*

SONORA (Jeane Eloy): *Qualquer prostituta pode ir no INSS, pagar sua autonomia se aposentar, isso é lei.*

RAP em OFF: *Ong de prostitutas, simpatizantes e travestis que se organizam pelos direitos civis (nessa hora aparece o repórter com cara de pensador vendo o desfile).*

SONORA (Jeane Eloy): *Eu falo pras outras meninas que não são soropositivas aqui pra elas se prevenirem, então a Ong Da Vida, a Daspu trouxe pra mim assim uma alegria de viver que eu diria assim, gente, hoje eu não quero mais morrer. E dizer pras mulheres se amem, se cuidem, se valorizem sim que vocês podem, vocês vão chegar lá.*

A matéria é encerrada com a incidência do refrão da música “Um por amor, dois por dinheiro” do grupo de rap Racionais Mc's, que diz: “ um por amor dois por dinheiro/ na selva é assim e você vale o que tem / vale o que tem na mão, na mão.” Vale ressaltar que o rap é um gênero

musical ligado à periferia e em sua origem tratava assuntos como violência e política nas favelas de Kingstone, na Jamaica. O rap é, portanto, um gênero historicamente ligado ao protesto social, à voz do cidadão comum sobre questões que afetam diretamente a sua vida.

A matéria é a última da edição, espaço geralmente destinado a assuntos mais amenos, de menor importância ou a notícias de última hora. Como, de fato, esta não é uma notícia factual e urgente, ela é certamente colocada no lugar do ameno pelo formato pouco usual. O enquadramento da questão das prostitutas é o mais desatrelado das questões institucionais, ainda que tenha sido motivado pela iniciativa de uma organização não-governamental. O aparecimento desse formato efetivamente dentro do telejornal é um primeiro indicativo de que as linguagens experimentadas pelas produções da população podem dar origem a novas formas de fazer jornalismo na TV Brasil.

É preciso reconhecer que, ainda que uma televisão pública possa ser um lugar privilegiado para a experimentação e o desenvolvimento de novos formatos, isso precisa dialogar com a história de audiência televisiva do país. Desse modo, o Repórter Brasil se utiliza de marcas consagradas no telejornalismo nacional para sugerir reconhecimento e até mesmo credibilidade. O cenário, os formatos das notícias, o tempo das matérias, a organização das editorias, o modo discreto de se comportar e se vestir dos apresentadores funcionam como um indicativo de que aquilo, efetivamente, é um telejornal. Nesse sentido, o programa reproduz estratégias textuais e discursivas já fortemente codificadas no telejornalismo brasileiro. Contudo, na tentativa de fazer um telejornal que aparente seriedade, imparcialidade e credibilidade, a TV Brasil acaba por produzir um telejornal que evolui muito pouco tanto em relação à linguagem como em relação à inclusão do cidadão. O lugar do cidadão no telejornal é retórico limitado à enquete ou ao quadro Outro Olhar que sequer chega a fazer parte do programa organicamente.

Com relação aos quatro operadores aqui analisados, observamos que a postura dos mediadores sugere imparcialidade e distanciamento da notícia pela não emissão declarada de opinião, o figurino discreto, os movimentos contidos. A isso se soma o contexto comunicativo ambientado por um cenário que mais distancia que aproxima emissor e receptor embora sugira um ambiente acolhedor aos entrevistados – a bancada, por exemplo, pode marcar a diferença entre o espaço de quem produz a notícia e de quem a recebe simplesmente.

A organização das editorias privilegia o âmbito da política institucionalizada e da economia de governo, das balanças comerciais, dos incentivos à produção interna. A temática da diversidade praticamente não aparece, o cotidiano é visto como banal, ameno, relegado aos blocos finais do noticiário.

Do ponto de vista do pacto sobre o papel do jornalismo, as falas no Repórter Brasil são quase sempre declaratórias e dão conta de aspectos já legitimados das decisões de governo, das mudanças na economia, das relações internacionais e até mesmo de questões relativas às minorias. O cidadão não faz parte da construção da notícia senão como exemplo de quem é afetado pelos fatos como se estes fossem dados e regulados por decisões político-legislativas e não construídos pela engrenagem lenta e plural do cotidiano. O telejornal como espaço para produção da opinião pública não favorece o debate e os pontos de vista apresentados ali, geralmente institucionais, não dialogam entre si, não são questionados, não há uma evidência do dissenso, da discordância ou a problematização das questões.

O caso da notícia acerca do relatório do conselho curador sobre a denúncia de Luiz Lobo exemplifica a falta de transparência e a superficialidade do Repórter Brasil na construção da notícia. É preciso considerar que a denúncia do ex-funcionário diz respeito justamente à independência da TV Brasil em relação ao governo mas a prestação de contas da emissora para o seu público se resume a uma nota que sequer diz quem é o conselho ou com base em que dados a denúncia foi analisada. As noções de interesse público e responsabilidade social ficam certamente prejudicadas nesse contexto. A TV Brasil não vai além do que fazem as emissoras comerciais embora a sua natureza pressuponha que ela deve transparência ao público porque é dele.

Iniciativas como ter um correspondente em Angola, por exemplo, pela importância dos laços históricos e culturais guardados entre Brasil e África e mesmo as relações diplomáticas que os dois países sustentam agora; ou noticiar matérias de interesse das minorias como no caso da união estável entre homossexuais, são certamente importantes e marcam novas possibilidades de diálogo na televisão, mas a partir do momento em que essas questões são reduzidas ao nível institucional da política feitas nos gabinetes, aspectos importantes da cidadania e do cotidiano deixam de ser discutidos. Falar de cinema ou música nas escolas e não discutir as diferenças sociais e de acesso da população aos meios de produção em relação à diversidade cultural significa reproduzir sistemas hegemônicos calcados em velhas instituições, as

mesmas que tem direito à fala. Não promover o debate público das questões que interessam o cidadão, sejam elas decisões de governo ou o movimento da população em torno de uma questão dando voz às discordâncias e possibilitando que diferentes pontos de vista sejam efetivamente apresentados significa não reconhecer o caráter argumentativo, multicultural e plural da esfera pública contemporânea. Mesmo a construção do nacional é retórica e reproduz a tendência de tomar São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília como exemplo genérico do que seja o Brasil embora a maior promessa da TV Brasil fosse justamente fazer um telejornalismo nacional de fato, especialmente no telejornal de rede.

O Repórter Brasil transita entre as tentativas possíveis de reproduzir o padrão do telejornalismo comercial com um discurso sobre o cidadão que não consegue se desvincular das instituições legitimadas e legitimadoras da sua construção; e de reproduzir a visão didática própria das televisões educativas como se desenvolveram no Brasil. Entre estes dois pólos, as iniciativas de ruptura e experimentação são ainda muito tímidas não chegando a configurar-se como características do jornalismo ali produzido. O lugar do cidadão é retórico – ele não é o sujeito do discurso mas o personagem deste. É na tentativa de transitar entre essas possibilidades que o Repórter Brasil tenta construir o seu modo de endereçamento, o seu estilo, convocando um público que quer se ver na tevê mas que ainda está muito acostumado aos modos tradicionais de fazer jornalismo no Brasil, recorrendo às fontes autorizadas, construindo imparcialidade e veracidade nos formatos de apresentação da notícia, na postura do jornalista que “não opina”, por exemplo. As noções de esfera, jornalismo e interesse público pressupostos aqui não dialogam efetivamente com as possibilidades de uma televisão efetivamente pública.

5. Conclusão

A criação de uma televisão pública no Brasil é uma reivindicação antiga de movimentos sociais ligados à democratização da comunicação. O projeto da TV Brasil reacendeu a discussão em torno da questão no país e mobilizou diversos setores sociais na criação de um projeto que atendesse às expectativas da sociedade. Nesse sentido, a realização do Fórum Nacional de Tvs Públicas e encontros como o de programação para a tevê pública que reuniu gestores, pesquisadores e produtores para discutir novos parâmetros de orientação para a produção de conteúdos e organização de programações no campo público de televisão abriram espaço para que instituições da sociedade civil e governo dialogassem acerca do projeto.

O nosso percurso neste trabalho foi o de tentar analisar o Repórter Brasil enquanto proposta de telejornal de uma televisão pública em um país cuja tradição televisiva é fortemente comercial. Vinculados à tradição dos estudos culturais, consideramos que o telejornalismo é uma instituição social e uma forma cultural, portanto, “o telejornalismo é, então, uma construção social, no sentido de que se desenvolve numa formação econômica, social, cultural particular e cumpre funções fundamentais nessa formação” (GOMES, I., 2007, p.3). Assim sendo, a consideração da cultura televisiva no Brasil, a história das televisões educativas e

públicas e todas as discussões em torno da criação da nova emissora pública são fundamentais para entender quais questões se apresentam em torno da sua criação e de que forma elas se vinculam aos compromissos assumidos por essa tevê com o seu público.

Para evocar e caracterizar esse contexto, o nosso primeiro capítulo apresenta e discute documentos oficiais, leis, material de imprensa e institucional traçando um percurso de como a radiodifusão pública no país se desenvolveu até a criação da TV Brasil e o que significa, em termos de estrutura jurídica, financeira e administrativa e de responsabilidade e compromisso social ser uma televisão pública no Brasil de hoje. A esse percurso está relacionada a discussão do que caracteriza as televisões públicas no mundo de hoje a partir das experiências conhecidas e de como se configura o próprio sentido do que é ser “público” e as noções a ele relacionadas no mundo hoje.

Entendendo a tevê como lugar de prática da vida cotidiana, é necessário pensar o seu sentido de “pública” como parte de uma esfera pública e atendendo ao interesse público. Afinal, são essas noções que justificam a existência dessas emissoras, acima de tudo. Repensar a noção de esfera pública a partir do conceito desenvolvido por Habermas é essencial se, lembrando as razões apontadas por Diego Cifuentes para existência de televisões públicas no mundo contemporâneo, consideramos que ela pode ser um canal de expressão da diversidade da nação, fazer cobertura nacional descentralizada, experimentar e dar voz aos públicos minoritários (CIENFUNTES, 2000, p. 131-132). Essas possibilidades sugerem a necessidade de entender a esfera pública de modo mais amplo, não apenas como produtora do consenso, mas, sobretudo, como porta-voz da diversidade de opiniões que circulam pela esfera pública. O nosso objetivo aqui foi o de analisar o Repórter Brasil a partir dos compromissos que a sua equipe assume com o interesse público e o cidadão, como esses compromissos tomam forma na construção do programa.

Através do documento “Nosso Jornalismo”, a equipe de jornalismo da emissora assume o compromisso de privilegiar o cidadão informando sobre as questões de interesse público guiados pela fidelidade aos fatos; fazer um jornalismo imparcial e plural, sem dar opinião, mas abrindo espaço para que se manifestem os mais diversos pontos de vista acerca do assunto; interativo, com espaço para a produção do cidadão e, por fim, nacional de fato com maior participação dos estados na formação do noticiário de rede, ou seja, do Repórter Brasil. Contudo o que pudemos observar através da análise do noticiário do horário nobre da

emissora não condiz exatamente com estes objetivos.

Na tentativa de ser fiel aos fatos, imparcial e plural, o Repórter Brasil constrói notícias superficiais baseadas geralmente em declarações e na repercussão destas. A noção de defesa do interesse público se perde na excessiva institucionalização da prática jornalística, na falta de investigação dos fatos, e o lugar do cidadão é retórico – é ele quem é afetado pelas decisões políticas, pelos desequilíbrios e equilíbrios da balança comercial e do desenvolvimento econômico do país, mas não é ele o principal agente de qualquer mudança social, não é ele o portador de um ponto de vista que possa ser levado em consideração para a produção da opinião pública. O jornalismo se configura, a partir da tradição brasileira, como caracteriza Afonso de Albuquerque (2004, p.3), muito mais como um poder moderador que como um quarto poder cabendo a ele intervir nos conflitos para restaurar a ordem, o consenso. O jornalismo praticado no Repórter Brasil, ao apresentar pontos de vista institucionais e que não dialogam entre si reproduz os velhos hábitos dessa imprensa que reivindica para si um lugar de quarto poder mas age às avessas.

A noção de interatividade presente no programa é limitada, ficando restrita apenas à exibição do quadro “Outro Olhar” que não chega a fazer parte do programa de forma orgânica, sendo apresentado com um selo que o diferencia do conteúdo produzido por jornalistas. Reconhecemos que a existência desse quadro indica uma possibilidade de desenvolvimento de novas linguagens e enquadramentos no jornalismo da TV Brasil, na medida em que propõe temas relacionados às minorias ou às questões mais cotidianas da cidadania, com experimentações a respeito da linguagem televisiva – que a TV Brasil só se arrisca a fazer muito timidamente, ainda não chegando a configurar uma característica do seu jornalismo. Contudo, limitar a esse espaço a experimentação e a possibilidade de manifestação das vozes dissidentes não é significativo para atender às necessidades de uma esfera pública onde as vozes são cada vez mais plurais, multiculturais e o poder, multicêntrico; um mundo com muitas narrativas e imagens de si próprio. Para Gilberto Gil a diversidade hoje

é o motor de nossas melhores expectativas. É ela que pode nos iluminar para resolver as formas atuais de assimetrias que se expressam, por exemplo, em formas de contrato que prejudicam autores ou em formas de propriedade intelectual que eliminam o acesso. São assimetrias geradas por falta de instituições capazes de reconhecer e dar poder às populações detentoras de um saber real, desprovidas do saber universitário e bacharelesco (GIL, 2007).

Atrelar a produção da opinião pública às vozes institucionais significa, principalmente, não

reconhecer as populações, os cidadãos e não lhes dar poder; significa não reconhecer os novos processos de produção da opinião pública em que a discordância tem papel fundamental e não reconhecer a corporificação da política em cada um; significa reproduzir os modelos que operam com desigualdade de forças refletidos em instituições reais, em poder real e legitimado.

A metodologia de análise de modo de endereçamento foi bastante útil na medida em que nos permitiu observar, através da postura dos mediadores que se afastam da notícia na tentativa de exibir uma suposta imparcialidade; do contexto comunicativo que distancia emissores e receptores tanto quanto qualquer telejornal de uma emissora comercial que se afasta do público para privilegiar a notícia e não sugere um lugar para o telespectador dentro do espaço cênico em que o telejornal se desenvolve; da organização temática que privilegia a economia e a política como assuntos de interesse público e abre pouco espaço para a discussão da diversidade cultural ou das desigualdades sociais na tentativa de dar voz às minorias, de produzir um debate efetivamente centrado na multiplicidade de vozes na tentativa de promover a opinião pública reproduzindo sistemas hegemônicos centrados em velhas instituições; e , sobretudo através do pacto estabelecido sobre o papel do jornalismo caracterizado pela falta de diversidade de vozes que travem um debate efetivamente público na construção de sentidos que gerem opinião pública, e a recorrência de antigos formatos, linguagens, valores e premissas.

Considerando que a esfera pública contemporânea já não opera nos termos habermasianos – segundo os quais as mídias distraem o público da ação política –, é necessário pensá-la como um lugar de participação do público, das vozes dissidentes. Para Livingstone e Lunt, “a mídia poderia facilitar e legitimar a negociação pública – através do compromisso e não do consenso – dos significados entre os grupos oposicionais e marginalizados⁴⁰ (LIVINGSTONE; LUNT, 1994,p. 10-11)”.

Acreditamos que apostar na diferença pode ser um bom caminho para repensar o que é comum, o que é de todos, o que é público.

A noção de diversidade pode se contrapor à realidade das hegemonias produzidas por assimetrias, mas gostaria de frisar a vocês que não podemos descartar a validade

⁴⁰ “media could facilitate and legitimize the public negotiation – through compromise rather than consensus – of meanings among oppositional and marginalized groups”.

do que chamamos de humano, mesmo que isso esteja infinitamente em aberto, esvaziado do velho conteúdo civilizador. Que a humanidade signifique entre nós esse desejo de completar-se no outro. Seja no vizinho, ou no desconhecido. Que possamos nos completar uns aos outros para além da tolerância e para além do multiculturalismo (GIL, 2007).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de. A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas. **E-compós**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v.1, 2004, 1-14.

AQUINO, Yara. Debate na Câmara expõe divergências sobre conselho curador da EBC. **Agência Brasil**. 28 de novembro de 2007a. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/28/materia.2007-11-28.2978422855/view>>. Acesso em 05 de outubro de 2008.

_____. Nomeações para conselho curador da tv pública têm “evidente independência”, diz Franklin. **Agência Brasil**. 28 de novembro de 2007b. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/28/materia.2007-11-28.9954703748/view>> Acesso em 05 de outubro de 2008.

BARBERO, Jesús Martín. Televisão Pública, televisão Cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 41-79.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/con1988/CON1988_19.12.2006/CON1988.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2008.

_____. Decreto-Lei no 236, de 28 fevereiro de 1967. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0236.htm>. Acesso em: 07 de setembro de 2008.

_____. Lei no 11.652, de sete de abril de 2008. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua

administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de sete de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm>. Acesso em: 01 de outubro de 2008.

_____. Medida provisória no 398, de 10 de outubro de 2007. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398imprensa.htm> Acesso em: 01 de outubro de 2008.

CANCLINI, Nestor García. **Consumidores y Ciudadanos**. Conflictos multiculturales de la globalización, México, Editorial Grijalbo, 1995.

CASTRO, Daniel. Jornalista demitido acusa Planalto de interferir na TV Brasil. **Folha de São Paulo**. 07 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=3070>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

CCTCI fará amplo debate sobre tevê pública na quarta. **Portal da Câmara dos Deputados**. 23 de novembro de 2007. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cctci/noticias/comissao-fara-amplo-debate-sobre-tv-publica-na-quarta> . Acesso em 12 de outubro de 2008.

CHAGAS, Marcos. Líder do DEM afirma que medida provisória que cria a EBC será debatida à exaustão. **Agência Brasil**. 10 de março de 2008a. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/10/materia.2008-03-10.9770377648/view>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

CHAGAS, Marcos. Entidades da sociedade civil defendem aprovação da EBC. **Agência Brasil**. 11 de março de 2008b. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/03/11/materia.2008-03-11.2810182617/view>>. Acesso em 06 de outubro de 2008.

CIFUENTES, Diego Portales. Televisão Pública na América Latina: crises e oportunidades. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 41-79.

COMUNICAÇÕES, Ministério das. Radiodifusão – Perguntas Frequentes. Disponível em http://www.mc.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=7926. Acesso em 01 de outubro de 2008.

CONSELHO investigará denúncia contra TV Brasil. **O Globo**. 08 de abril de 2008. Disponível em <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=422525>>. Acesso em 11 de outubro de 2008.

CULTURA. **Jornalismo Público: guia de princípios**. São Paulo: Gráfica Fundação Padre Anchieta, 2004.

DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin. **Journalism and Popular Culture**, London, Sage,

2000.

DEM vai ao STF contra TV Brasil. 04 de dezembro de 2007. **Comunique-se**. Disponível em <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?editoria=8&idnot=40887>>. Acesso em 03 de outubro de 2008.

DIAS, Marina. Florestan Fernandes Jr. estreia no comando de "Repórter Brasil". **Portal Imprensa**. 11 de abril de 2008. Disponível em <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2008/04/11/imprensa18592.shtml>. Acesso em 30 de setembro de 2008.

DISCUSSÃO de medida que cria a EBC prosseguirá amanhã na Câmara. **Blog Acerto de Contas**. 19 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/discussao-de-medida-que-cria-a-ebcprossequira-amanha-na-camara/>>. Acesso em 30 de setembro de 2008.

EBC. **Nosso jornalismo**. 01 de dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.ebc.tv.br/index.php/01/12/2007/nosso-jornalismo/>> . Acesso em 15 de outubro de 2008.

_____. **Outro Olhar: o jornalismo feito pelo cidadão na TV Brasil**. Disponível em: <http://www.tvbrasil.org.br/reporterbrasil/outroolhar.asp>. Acesso em 25 de outubro de 2008.

_____. **Por que uma televisão pública no Brasil?** < <http://www.ebc.tv.br/index.php/por-que-uma-tv-publica-no-brasil/>>. Acesso em: 07 set. 2008.

FILHO, Laurindo Leal. Fala na mesa "Os desafios para a construção de um Sistema Público de Comunicação", parte do seminário "A TV Brasil e os Desafios para a Constituição de um Sistema Público de Comunicação". **Portal Intevozes**. 07 de março de 2008. Disponível em <http://www.intevozes.org.br/multimedia/Laurindo_Leal_Filho.mp3/view?searchterm=laurindo%20leal%20filho>. Acesso em 06 de outubro de 2008.

FILHO, Laurindo Lalo Leal Filho. **Vozes de Londres: Memórias Brasileiras da BBC**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FONSECA, Virgínia; LINDEMANN, Cristiane. Webjornalismo participativo: repensando algumas questões técnicas e teóricas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 34, p.86-94, dezembro de 2007.

FRANÇA, Vera. A TV, a janela e a rua. In: _____ (Org.) **Narrativas Televisivas: programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.13-45.

FÓRUM Nacional de TVs públicas. **Carta de Brasília**. 11 de maio de 2007. Brasília DF. Disponível em <<http://www.tvbrasil.org.br/institucional/cartadebrasil.pdf>>. Acesso em 07 de outubro de 2008.

GESTORES públicos, pesquisadores e criadores pensam o futuro da TV no País. **ASCOM/IRDEB**. 24 de agosto de 2007. Disponível em <<http://www.irdeb.ba.gov.br/workshoptvpublica/index2.html>>. Acesso em 28 de setembro de 2008.

GIL, Gilberto. Hegemonia e diversidade cultural. **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, jan. 2007. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2007-01_a1481>. Acesso em 20 de

novembro de 2008.

_____. **Carta Aberta aos Parlamentares**. 18 de fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2008/02/18/carta-aberta/> Acesso em 18 de setembro de 2008.

GIRALDI, Renata. Conselho da EBC diz que noticiário da TV Brasil é isento, mas cria Código de Conduta. **Folha de São Paulo**. 12 de agosto de 2008. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u432679.shtml>>. Acesso em 10 de outubro de 2008.

GOMES, Itania Maria Mota. Questões de Método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. **E-compós**, nº8, abril de 2007. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/126/126>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e mídia. Com Habermas. Contra Habermas. In: A. Rubim, I. Bentz e M. Pinto (org.), **Produção e recepção dos sentidos mediáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 155-185.

_____. Jornalismo e Esfera Civil: o interesse público como princípio moral do jornalismo. Comunicação e Democracia de massa: problemas e perspectivas. In: PERUZZO, Círcia (Org). **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo, UNEB/INTERCOM, 2003, p. 28-51.

GUERREIRO, Gabriela. Câmara aprova medida provisória que cria a tevê pública. **Folha de São Paulo**. 19 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u374044.shtml>>. Acesso em 06 de outubro de 2008.

POSSEBON, Samuel. Modelos de gestão e financiamento são apresentados a Lula. **MINC – Ministério da Cultura**. 05 de maio de 2007. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/forum_nacional_de_tvs_publicas/na_midia/index.php?26740&more=1&c=1&pb=1. Acesso em: 01 de outubro de 2008.

JAMBEIRO, OTHON. A regulação da TV no Brasil: 75 anos depois, o que temos?. **Estudos de Sociologia**. São Paulo, v. 13, p. 85-104, 2008. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path\[\]=867&path\[\]=723](http://www.fclar.unesp.br/seer/index.php?journal=estudos&page=article&op=viewFile&path[]=867&path[]=723)>. Acesso em 30 de setembro de 2008.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LIMA, Mayrá. “TV Brasil fará jornalismo guiado pela isenção”, diz Tereza Cruvinel. **Brasil de Fato**. 29 de novembro de 2007. Disponível em <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3790>>. Acesso em 01 de outubro de 2008.

LUBISCO, Nídia Maria L.; VIEIRA, Sônia Chagas; SANTANA, Isnaia Veiga. **Manual de Estilo Acadêmico: monografias, dissertações e teses**. 3^a ed. Salvador: EDUFBA, 2007.

MACEDO, Danilo. Cidadão vai poder opinar sobre a programação da TV Brasil. **Agência Brasil**. 2 de dezembro de 2007. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/>>

[2007/12/02/materia.2007-12-02.3421845401/view](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/26/materia.2008-02-26.4751322415/view)> Acesso em 05 de outubro de 2008.

_____. Franklin Martins elegia proposta de recursos para a EBC. Agência Brasil. 26 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/02/26/materia.2008-02-26.4751322415/view>>. Acesso em 01 de outubro de 2008.

NACIONAL. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 687.

O MEIO é a televisão. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro. 15 de março de 1970. Disponível em <<http://www.tv-pesquisa.com.puc-rio.br/mostraregistro.asp?CodRegistro=61&PageNo=1>>. Acesso em 19 de maio de 2008.

OTONDO, Teresa Montero. Experiência - TV Cultura: a diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 267 - 200.

ORLANDO Senna diz ter deixado TV Brasil por discordar da gestão; leia nota. 17 de junho de 2008. **Folha de São Paulo**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fofha/ilustrada/ult90u413423.shtml>>. Acesso em 12 de outubro de 2008.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira: Cultura Brasileira e Indústria Cultural**. Brasiliense, São Paulo, 2006.

LIVINGSTONE, Sonia M.; LUNT, Peter. **Talk on Television: audience participation and public debate**. London and New York: Routledge, 1994.

MACHADO, Maria Benetti; MOREIRA, Fabiane. Jornalismo e informação de interesse público. **Revista Famecos**, Porto Alegre, no 27, agosto de 2005.

PINHEIRO, Walter. Parecer apresentado em plenário pelo relator designado para manifestar-se pela comissão mista incumbida da apreciação da matéria/ Medida Provisória nº 398 de 2007. Circulação restrita.

REY, Gérman. O cenário móvel da televisão pública Alguns elementos do contexto. In: RINCÓN, Omar (Org.). **Televisão Pública: do consumidor ao cidadão**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002, p. 41-79.

SENNÁ, Orlando. TV pública: uma janela para o futuro do audiovisual brasileiro. In: **I Fórum Nacional de Tv's Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão**. Brasília: Ministério da Cultura, 2006, 112 p. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/upload/livro_TV_s_24-11_1164825028.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2008.

SILVA, Luiz Martins. Jornalismo Público: o social como valor-notícia. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em <http://www.ucb.br/comsocial/mba/Jornalismo_publico_o_social_como_valor-noticia.pdf>. Acesso em 30 de setembro de 2008.

SOALHEIRO, Marco Antônio. Repórter Brasil inaugura jornalismo unificado da TV Brasil. **Agência Brasil**. 03 de dezembro de 2007. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/30/materia.2007-11-30.4143275408/view>>. Acesso em 03 de novembro de 2008.

TAVELA, Marcelo. Modelos de gestão e financiamento da TV pública começam a ser definidos. **Comunique-se**. 30 de maio de 2007. Disponível em: <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?editoria=8&idnot=36776>>. Acesso em 01 de outubro de 2008.

TV Brasil é inconstitucional, afirma a oposição. 18 de dezembro de 2007. **Comunique-se**. Disponível em <<http://www.comunique-se.com.br/conteudo/newsshow.asp?editoria=8&idnot=41498>>. Acesso em 10 de setembro de 2008.

TV Brasil – Preparação do novo jornal. **Youtube**. 04 de dezembro de 2007. Disponível em <<http://br.youtube.com/watch?v=M-YorpsQ3kU>>. Acesso em 20 de outubro de 2008.